

FACULDADE DAMÁSIO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO DO TRABALHO E
PROCESSO DO TRABALHO

DANILO RODRIGUES CORREIA

REVELIA NO PROCESSO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA:
AUSÊNCIA DO RECLAMADO À AUDIÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE
CONTESTAÇÃO?

Brasília, DF
2018

FACULDADE DAMÁSIO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO DO TRABALHO E
PROCESSO DO TRABALHO

DANILO RODRIGUES CORREIA

REVELIA NO PROCESSO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA:
AUSÊNCIA DO RECLAMADO À AUDIÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE
CONTESTAÇÃO?

Monografia apresentada à Faculdade Damásio, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, sob orientação do professor Bruno Antony Dantas de Veiga Cabral.

Brasília, DF
2018

DANILO RODRIGUES CORREIA

**REVELIA NO PROCESSO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA:
AUSÊNCIA DO RECLAMADO À AUDIÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE
CONTESTAÇÃO?**

TERMO DE APROVAÇÃO

Esta monografia apresentada no final do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, na Faculdade Damásio, foi considerada suficiente como requisito parcial para obtenção do Certificado de Conclusão. O examinado foi aprovado com a nota _____.

São Paulo, ____ de _____ de 2018.

Dedico este trabalho à minha família e, principalmente, a minha esposa que sempre esteve ao meu lado me apoiado e me ajudando quando precisei.

Agradeço a Deus, o onipotente, o onipresente e o onisciente.

Aos meus professores, amigos e familiares, por não medirem esforços em colaborar nesse projeto pessoal.

“Nenhum vencedor acredita no acaso.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho “Revelia no processo do trabalho após a reforma trabalhista: ausência do reclamado à audiência ou inexistência de contestação?” tem por escopo discutir de maneira objetiva e clara os principais aspectos desse instituto polêmico na Justiça do Trabalho. A revelia é entendida como a ausência de defesa por parte do reclamado, mormente no que consiste a não apresentação de contestação à inicial. No entanto, no Processo do Trabalho, como a defesa é ato de audiência tem-se boa parte da doutrina que a entende como a ausência do réu à audiência, pois seria nesta que aquele poderia se defender. Ao passo que a outra parte dos doutrinadores, como já o é no Processo Civil entendia que a simples ausência do reclamado à audiência não ensejaria a revelia se apresentasse sua defesa por escrito. A Primeira corrente fora encampada pelo Tribunal Superior do Trabalho, introduzindo-a a sua Jurisprudência. Com a entrada em vigor da Lei 13.467/17 (reforma trabalhista) que alterou a CLT, a celeuma voltou a ser levantada, posto que o legislador introduziu ao Processo do Trabalho a possibilidade do reclamado, mesmo não comparecendo à audiência, juntar ao processo sua defesa de forma escrita. Ao final, após visões de renomados pensadores do Direito e de Súmulas já consolidada do TST sobre a matéria, tentar-se-á demonstrar a nova roupagem da revelia nos processos que tramitarão na Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Revelia; Processo do Trabalho; Reforma Trabalhista.

ABSTRACT

The present work "Reveals in the labor process after the labor reform: absence of the defendant to the hearing or non-existence of a challenge?" Has the scope to discuss objectively and clearly the main aspects of this controversial institute in the Labor Court. Absence is understood as the absence of defense on the part of the respondent, mainly in what consists the non-presentation of the initial challenge. However, in the Labor Process, as the defense is an act of hearing, there is a good part of the doctrine that understands it as the absence of the defendant to the hearing, because it would be in this one that could defend itself. Whereas the other part of the doctrinators, as it already is in the Civil Procedure, understood that the mere absence of the defendant at the hearing would not cause the absolution if he presented his defense in writing. The First Current was upheld by the Superior Labor Court, introducing it to its Jurisprudence. With the entry into force of Law 13467/17 (labor reform) that changed the CLT, the excitement was raised again, since the legislator introduced into the Labor Procedure the possibility of the defendant, even if he did not appear at the hearing, in written form. At the end, after visions of renowned thinkers of Law and of Tómulas already consolidated of the TST on the matter, will try to demonstrate the new clothes of the neglect in the processes that will process in the Labor Justice

Keywords: Reveals/Neglect; Labor Process; Labor Reform

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REVELIA NO DIREITO PROCESSUAL	13
1.1 Conceito de Revelia	13
1.2 Natureza Jurídica de Revelia.....	16
1.3 Revelia no Direito Estrangeiro	19
1.4 Revelia no Direito Pátrio.....	21
2 PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO.....	26
2.1 Conceito de prova	26
2.2 Objeto e finalidade da prova.....	28
2.3 Ônus da Prova	31
2.4 Meios de Prova	33
3 REVELIA NO PROCESSO DO TRABALHO ANTES DA REFORMA TRABALHISTA.....	38
3.1 Dispositivos Legais.....	38
3.2 Efeitos da Revelia	39
3.3 Revelia na Jurisprudência Trabalhista	42
4 REVELIA PÓS ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/17	45
4.1 Revelia à Luz do <i>Caput</i> do Artigo 844 da CLT	45
4.2 Revelia à Luz dos Artigos 844, § § 4ª e 5º e 847, parágrafo único, da CLT.....	48
4.3 Revelia e Súmula nº 122 do TST	58
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho “Revelia no processo do trabalho após a reforma trabalhista: ausência do reclamado à audiência ou inexistência de contestação?” tem por finalidade discutir de forma objetiva e pontual os principais aspectos sobre esse instituto controvertido no Processo do Trabalho, pois, se por um lado, no Processo Comum revelia é a não apresentação de contestação aos fatos alegados pelo autor, por outro, naquele ramo do direito especializado, revelia, nos termos do *caput* do artigo 844 da CLT, seria a ausência do reclamado à audiência, que na seara trabalhista deveria ser única.

O objetivo central do trabalho será a análise do instituto da revelia do reclamado, antes e depois de entrar em vigor a Lei nº 13.467/17, à luz do artigo 844 e do seu parágrafo quinto, passando pelos entendimentos de renomados doutrinadores do Direito Processual Civil e do Direito Processual do Trabalho, para ao final se chegar, sem pretensão da verdade absoluta, à resposta do problema que nos motivou a escrever sobre este tema que sempre desafiou a doutrina e a jurisprudência a se debruçarem a resolver a cizânia que se impera.

O tema revela-se de suma importância no atual estágio de desenvolvimento do Direito Processual do Trabalho, visto que a CLT passou recentemente por uma substancial alteração de diversos dispositivos do seu texto, principalmente no assunto que nos interessa para este trabalho.

O que outrora já o era defendido por diversos pensadores do direito, no entanto na seara da Justiça do Trabalho fora modificado sem explicações plausíveis, com a reforma trabalhista, o legislador trouxe, de forma expressa, regras comezinhas do direito no que tange ao que se entende por revelia.

Discutir-se-á tal assunto dividindo-o em quatro capítulos para melhor explorá-lo, a saber: primeiro, “Revelia no direito processual”; segundo, “Prova no Processo do Trabalho”; terceiro, “Revelia no Processo do Trabalho antes da reforma trabalhista”; quarto, “Revelia pós entrada em vigor da Lei nº 13.467/17”.

O primeiro capítulo trará breves considerações sobre o instituto da revelia no direito, de modo a situar o leitor na história e origem do que será discutido no decorrer do trabalho. Apresentando, para tanto, o conceito de revelia a partir de escritos de alguns estudiosos do direito, desde doutrinadores clássicos até os contemporâneos, abordando, também, sua natureza jurídica que, embora pareça

simples, não o é. Neste capítulo abordar-se-á, ainda, o que venha a ser revelia para outros ordenamentos jurídicos alienígenas, não deixando de aduzir uma pequena retomada dos diplomas legais pátrios a respeito do assunto, desde as ordenações do reino até culminar no disposto no atual Código de Processo Civil.

No segundo capítulo, com intuito de clarificar quais são os meios de prova e a própria prova em si, será abordado, de maneira sucinta, com posicionamentos de alguns renomados doutrinadores, o conceito, a finalidade, o objeto e o destinatário da prova, a fim de se demonstrar a forma de se obter a confissão, seja ela expressa ou tácita, para ao final se compreender a impropriedade de alguns entendimentos à respeito de revelia e confissão. Como também aparecerá a quem compete provar os fatos alegados, devendo ser observado se estes são constitutivos, modificativos, impeditivos ou extintivos do direito.

No terceiro capítulo será apresentado o conceito de revelia para o Processo do Trabalho antes de entrar em vigor a reforma trabalhista, ou seja, como era feita a leitura dos dispositivos legais que davam sustentação aos entendimentos de uma grande parte da doutrina processualista do trabalho e da jurisprudência pacificada do Tribunal Superior do Trabalho, principalmente no que se refere às Sumulas 122 e 74 deste colendo tribunal. Para isso, fez-se necessário apresentar os artigos legais que deram base ao que até então se compreende por revelia nas causas que tramitam na Justiça do Trabalho. Abordar-se-á, outrossim, não somente a definição do que venha a ser revelia, mas também, por ser de suma importância, quais seriam os efeitos gerados pelo reconhecimento do reclamado como sendo revel.

O quarto e último capítulo, que corresponderá ao núcleo deste trabalho, trará a nossa visão, embasada em conceituados processualistas, do instituto da revelia após a alteração da CLT por meio da Lei nº 13.467/17. Esta que inseriu no art. 844 alguns parágrafos, dos quais se destacam os §§ 4º e 5º, o primeiro por constar os casos nos quais, embora se reconheça o réu como revel, não há falar em confissão ficta, ao passo que no segundo, foi permitida a juntada da contestação e de documentos pelo advogado do reclamado, mesmo que este não compareça à audiência. Por ser a parte na qual nos propusemos a escrever sobre este tema, se concluirá pela igualdade do que se entende por revelia no Processo Civil e o que deve ser entendido, pós reforma trabalhista, no Processo do Trabalho.

Ao final deste trabalho, não exaurindo todos os pontos que possam surgir ao se interpretar os dispositivos legais inseridos ao texto, restará demonstrado, por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, que a revelia no Processo do Trabalho, como já há muito deveria ser, deixou de ser a simples ausência do reclamado à audiência para ser, como o é no Processo Civil, a não apresentação de contestação, isto porque, se impõe uma interpretação harmoniosa do texto constante no *caput* do art. 844 com seu parágrafo quinto e com o parágrafo único do art. 847, ambos da CLT. Assim, com tal demonstração, ficará clara a distinção entre revelia e confissão ficta.

1. REVELIA NO DIREITO PROCESSUAL

A história da incidência da revelia no processo foi marcada pelo tempo e local no qual se busca analisá-la. Os fatos históricos que influenciaram a concepção do que hoje se tem como revelia foram se modificando ao longo dos anos. Isso porque as relações humanas estão constantemente mudando. Assim, para se entender o que aqui será defendido necessário será situar o leitor no tempo e no espaço.

1.1 Conceito de Revelia

Para se conceituar o vocábulo revelia faz-se necessário primeiramente abordar a distinção entre este instituto e contumácia, porquanto, consoante dispõe Francisco Antônio de Oliveira¹, há quatro correntes de pensamento, a saber:

A primeira entende que revelia e contumácia são termos sinônimos, a exemplo do afirmado por Calmon de Passos *apud* Francisco Antonio de Oliveira²:

Estamos em face de termos perfeitamente sinônimos que traduzem o fenômeno do desatendimento, pelas partes, do dever ou ônus, tanto de atuar como de comparecer. A preferência por uma ou outra expressão depende da tradição legislativa e doutrinária

Desse modo, afirmam os defensores desse posicionamento que se poderá usar indistintamente a palavra revelia ou contumácia para designar um único e mesmo instituto. Não importando se a inércia em praticar o ato processual seja ônus do autor ou do réu, ou fazendo distinção entre ser uma ausência de defesa ou de comparecimento à audiência, bastando para tanto que a parte não atendesse à citação.

Para os que assim pensam, será indiferente usar o termo contumácia ou revelia quando se estiver diante do não desincumbir dos ônus que são fixados previamente a cada um dos autores ou réus da causa.

Para os defensores da segunda corrente, revelia consiste num efeito da contumácia, isto é, esta seria a causa e aquela a consequência do não atendimento pelo citado para comparecer em juízo no dia marcado para tanto. Assim os dois

1 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Manual de Revelia*. São Paulo: RT, 2003, p. 20-26.

2 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 21.

institutos seriam a causa e o efeito da rebeldia do réu em não atender o seu chamamento para ingressar no polo passivo da lide.

Outros juristas preferem atribuir ao termo contumácia o gênero, do qual seria a revelia sua espécie. Para estes, o gênero designaria a inação do autor ou do réu, enquanto a espécie apenas a não contestação do pedido inicial. Tornando impróprio, portanto, afirmar que o autor seria revel, pois somente ao réu se poderia atribuir a revelia.

Consoante aduz Arruda Alvim *apud* Amauri Mascaro Nascimento³ “Contumácia é, pois, gênero, servindo para designar a inatividade do autor e do réu. Revelia é a espécie daquela, designativa da omissão em contestar o pedido no prazo da lei”.

Nessa mesma toada, Mauro Schiavi⁴ assim expõe:

Há certo consenso na doutrina de que contumácia é gênero, do qual a revelia é espécie. Quando o autor não comparece, diz-se que há contumácia do autor, e quando o réu deixa de comparecer, diz-se que há revelia.

Carlos Alberto Reis de Paula⁵, nesta linha de pensamento, afirma que contumácia é inércia processual das partes enquanto a revelia, a não contestação da ação. Razão pela qual, esta consistiria na espécie daquela.

Uma quarta corrente designa revelia como a não apresentação de defesa pelo réu. Defesa esta que não se limitaria à contestação, abrangendo, portanto, esta, as exceções, a reconvenção e outras formas.

Schiavi⁶, parafraseando Cândido Ragel Dinamarco, assim expôs:

Revelia é a ausência de resposta, e não de contestação. O réu que reconveio, que opôs exceção ou que denunciou a lide a terceiro, etc., não é revel ainda quando deixe de oferecer contestação. Consequentemente, não se aplica a sanção estabelecida no art. 322 do CPC, porque sua atitude não é de inércia processual⁷.

3NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 618.

4 SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. 4 ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 509.

5 BARROS, Alice Monteiro de (coordenação). *Compêndio de Direito Processual do Trabalho*: Obra em Memória de Celso Agrícola Barbi. Vários autores. São Paulo: LTr, 1998, p. 297.

6 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 510.

7 Art. 322 do CPC de 1973 possui seu correspondente no CPC de 2015 no art. 346.

Ensina Fredie Didier Jr⁸, que revelia seria um ato-fato processual, consistente em não apresentação tempestiva da contestação, conforme preconiza o art. 344 do CPC.

Continua o autor expondo:

Trata-se de espécie de contumácia passiva, que se junta a outras com, por exemplo, a não-regularização da representação processual (art. 76, §1º, II, CPC). Há revelia quando o réu, citado, não aparece em juízo, apresentando a sua resposta, ou, comparecendo ao processo, também não apresenta a sua resposta tempestivamente.

A par destas vertentes expostas, a doutrina majoritária entende que revelia não é sinônimo de contumácia, e sim uma de suas espécies. Sendo que aquela corresponderia à ausência de defesa do réu.

Conforme Mauro Schiavi⁹, revelia consiste em:

Uma preclusão qualificada que gera uma situação processual (fato processual) decorrente da inatividade do réu em oferecer resposta à pretensão do autor que acarreta consequências processuais favoráveis ao demandante e desfavoráveis ao demandado.

Para Alexandre Freitas Câmara,¹⁰ revelia é a ausência de contestação, sendo, assim, um fato processual, que produz efeito material e efeitos processuais.

Outro renomado processualista, José Rogério Cruz e Tucci¹¹, em sua obra intitulada Comentário o Código de Processo Civil, aduz:

A revelia ou contumácia se configura então pela inércia, isto é, pela completa ausência de resposta ao pedido do autor. É, por assim dizer, o não comparecimento oportuno do réu ao juízo que determinou o seu chamamento. Revelia é caracterizada pela falta de cooperação processual do réu, que não se apresenta em juízo, por meio de contestação ou até mesmo de qualquer outra manifestação, no prazo que lhe foi concedido.

Visto diversos posicionamentos de ilustres doutrinadores e suas definições do que venha a ser o instituto da revelia no processo, mostra-se claro que revelia corresponde à ausência de defesa, no prazo legal, por parte do réu, após sua efetiva

8 DIDIER JR. Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 17 ed., Salvador: JusPodivm, 2017, v. I, p. 664-665.

9 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 508.

10 CÂMARA, Alexandre Freitas. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 207

11 TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao Código de Processo Civil – (arts. 318-368)*; coordenação de José Roberto Ferreira Gouvêa, Luiz Guilherme Aidar Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, v. VII, p. 344.

citação. Defesa esta que, conforme o art. 344 do CPC, consiste na contestação ao pedido inicial do autor.

1.2 Natureza Jurídica de Revelia

Embora seja um instituto antigo, a doutrina não é uníssona quanto à natureza jurídica da revelia. Uns a entendem como sendo uma pena aplicada ao réu¹² por não apresentar defesa, outros como ônus processual, há aqueles que a reconhece como um simples fato processual, ou como ato-fato processual¹³, tendo também os que a define como preclusão temporal qualificada¹⁴.

Assim o é que há diversas teorias para se definir a natureza jurídica da revelia. Dentre estas então, conforme ensinamento de Francisco Antonio de Oliveira¹⁵, a teoria da rebelião ao poder do juiz; a teoria da renúncia do direito de defesa; a teoria da autodeterminação e a teoria da inatividade.

A primeira delas – Teoria da rebelião ao poder do juiz ou doutrina penal da contumácia – parte do princípio de que a parte é obrigada a se fazer presente para que o processo tenha seguimento, pois a sua ausência obstará a continuação do processo e ofenderia o poder do magistrado.

O grande processualista Amauri Mascaro Nascimento¹⁶ afirma que esta teoria compreende a revelia como:

Uma rebelião ao poder do Juiz, denominada doutrina penal da contumácia ou da revelia, partindo do pressuposto de que existe a obrigação da presença da parte, e da omissão desse dever de comparecimento resulta autêntica rebelião ao poder do magistrado, um desrespeito, portanto.

Esta visão da revelia como sendo um desrespeito ao poder do juiz não mais se coaduna com a realidade processual atual, visto que a marcha do processo para instrumentalizar a aplicação do Direito Material ao caso concreto apresentado em juízo não depende da presença do réu, como o era exigido nas primeiras fases do direito romano¹⁷.

12 SCHIAVI, Mauro. *A Revelia no Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006, p. 28.

13 DIDIER JR. Fredie. Op. cit. p.665.

14 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 28

15 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 51-60

16 NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Op. cit. p. 344.

17 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 52.

A segunda teoria, revelia como renúncia do direito de defesa, apregoa que o réu estaria se desfazendo do direito de defesa assegurado constitucionalmente. A parte abriria mão de apresentar defesa no processo. Seria um dispor, por parte do réu, em não apresentar defesa.

Oliveira¹⁸, em sua obra Manual de Revelia, traz o pensamento de Prasse assim exposto:

O réu pode dispor livremente de seu direito de defesa e, em não comparecendo, não fica prejudicado com relação ao direito substancial. O processo segue normalmente, podendo, inclusive, a sentença lhe ser favorável. Renuncia tão somente ao direito de defender-se, arcando com todas as consequências provenientes da sua omissão.

Continua o autor, com base em pronunciamento de Calmon de Passos, dispondo que esta teoria não encontra amparo no nosso sistema legal, porquanto é assegurado ao réu revel comparecer tardiamente, visto que como renuncia a um direito ou a um meio de defesa não deve poder revogar sua declaração de vontade.

Como afirmado, nosso sistema jurídico, parágrafo único do art. 346 do CPC/15, assegura ao réu que deixou de apresentar contestação intervir no processo em qualquer fase, contudo o receberá no estado que se encontrar.

Nesse íterim, não há falar em renúncia ao direito de defesa, se o réu revel, pode posteriormente produzir provas ou contraprovas no decorrer do andamento processual. Assim, portanto, não haveria sentido em afirmar que o réu voluntariamente dispôs do seu direito de se defender, mas se arrependeu e revogou a renúncia feita a ele.

A penúltima teoria, das quatro que serão apresentadas, intitulada de não exercício de uma faculdade de agir ou da autodeterminação, nas palavras de Nascimento¹⁹ teria como fundamento que a “defesa do réu não é uma obrigação, mas mera faculdade que pode ser utilizada ou não”.

Nesse sentido, Oliveira²⁰ afirma que para esta teoria “a revelia nada mais seria do que o exercício da vontade de agir através de atos positivos ou negativos”. Continua o autor trazendo fundamentos para refutar a alegação de que a revelia seria

18 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 52.

19 NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Op. cit. p. 619.

20 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 54.

provocada somente por um ato de vontade, pois a revelia não seria um ato subjetivo negativo de vontade, mas sim um ato objetivo da vontade do agente.

Desse modo, verifica-se que tal teoria não se amolda ao que hoje se entende por revelia, posto que não se aplica tal instituto com base no querer ou não quer do réu em se defender, mas apenas se constata a ausência de defesa, não importando a vontade do revel.

Para a teoria da inatividade, elaborada por Chiovenda e Betti, a revelia tem por fulcro aspecto objetivo, na medida em que analisa apenas a não presença do réu para se defender.

Afirma Chiovenda, segundo Oliveira,²¹ que:

Em nosso sistema não se considera a revelia do réu uma reação ao poder do juiz e como tal punida; nem uma renúncia à defesa, nem uma remissão à justiça do magistrado, nem uma presumida ignorância da existência da lide; e sim, como aquilo que, de fato, é em qualquer caso: uma completa inatividade na audiência.

Vale trazer à baila, também, outros entendimentos contemporâneos da natureza jurídica de revelia, para tanto, iniciamos com Didier Jr.,²² que aduz dessa forma:

Não se pode confundir a revelia, que é um ato-fato, com a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, que é um dos seus efeitos. A revelia não é um efeito jurídico; a revelia encontra-se no mundo dos fatos e é um ato-fato jurídico.

Expondo sua definição para revelia, Arenhart, Marinoni e Mitidiero²³, expressam-se nos seguintes termos:

É o estado processual que se segue à ausência de contestação e que no direito brasileiro acarreta presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344), fluência dos prazos por simples publicação dos atos decisórios no órgão oficial, acaso o revel não tenha patrono constituído nos autos (art. 346) e possibilidade de julgamento imediato do pedido (art. 355, inciso II).

21 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 54.

22 DIDIER JR, Fredie. Op. cit. p. 665.

23 ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil*. São Paulo: RT. 2015. v. II, p. 188.

Para finalizar, na linha dos pensamentos logo acima, colhem-se as palavras de Schiavi²⁴:

Trata-se de uma preclusão qualificada que gera uma situação processual (fato processual) decorrente da inatividade do réu em oferecer resposta à pretensão do autor que acarreta consequências processuais favoráveis ao demandante e desfavorável ao demandado

Parece-nos que, após o exposto, e o que dispões os dispositivos legais processuais (arts. 344 do CPC e 844 da CLT), revelia consiste em um fato processual, ou seja, o reconhecimento da inatividade do réu em apresentar defesa.

1.3 Revelia no Direito Estrangeiro

Tendo por objetivo entender o instituto da revelia, faz-se necessário destacar algumas regras do Direito romano e de alguns países para se chegar à conclusão de onde o nosso sistema legal buscou conceitos para introduzir dentro de seus dispositivos a revelia.

No Direito romano, houve três fases seguidas: a das Ações da Lei; a do Processo Formular e a do Processo Extraordinário²⁵.

A fase das Ações da Lei teve como característica principal a obrigatoriedade do comparecimento do réu em juízo para estar na presença do magistrado, podendo o demandante valer-se de meios coercitivos para forçar o demandado a fazer-se presente com o fim dar início ao processo judiciário.

Nesse período, o chamamento do réu para integrar o processo deveria ser feito pelo autor, ou seja, o processo tinha natureza jurídica privada²⁶.

Assim, como o demandado não poderia deixar de comparecer perante o juiz, porquanto ou atendia voluntariamente a citação ou, então, era forçado a atender o chamado, não há falar em revelia nesta época.

Seguindo o exposto por Oliveira, na fase do Processo Formular, embora os meios que pudessem ser utilizado pelo autor tenham sido reduzidos – substituiu-se o emprego de força por pena pecuniária ou emissão de posse nos bens do demandado -, não há falar em revelia, pois o réu era obrigado a comparecer em

24 SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. 4 ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 508.

25 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 29-51.

26 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 18.

juízo ou deveria entregar o bem ao requerente, pois, nessa fase o processo se desenvolvia em duas instâncias, perante o magistrado e perante o juiz. Sedo que só passaria a segunda se comparecesse à primeira.

No Processo Extraordinário, unificaram-se as duas fases constantes nos sistemas anteriores, surgindo, assim, a contumácia e a revelia. Nesse sentido conclui Oliveira²⁷ “a contumácia no Direito Romano possuía um âmbito maior, englobando as desobediências às intimações, não ficando restrita ao âmbito da defesa”.

No que toca ao Direito comparado, no Direito francês revelia corresponde a ausência da parte em juízo, no entanto não há que se falar em presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor como sendo um dos efeitos da revelia. Dessa forma, embora o réu seja revel, o autor deverá provar o alegado²⁸.

Já no que se refere ao Direito Italiano, Francisco Antônio de Oliveira²⁹, discorrendo a respeito da revelia, asseverou:

O Código de 1940 eliminou a dupla citação e, a exemplo do Código de 1865, não atribuiu efeitos probatórios à contumácia, do que resulta que o autor não está desobrigado de fazer prova das suas alegações. Também não elegeu nenhum tratamento preferencial ou protecionista ao demandado contumaz.

Desse modo, verifica-se que no Direito italiano a ausência de defesa do réu é intitulada de contumácia, esta não possuindo o condão de dispensar o autor da ação de provar as alegações dos fatos constitutivos do seu direito.

No que se refere à revelia no Direito alemão, aduz o renomado autor acima citado que “a contumácia em sede do Direito alemão tem lugar quando a parte não comparece para o debate oral obrigatório, desde que habilmente cientificado da audiência para tanto designada”.

Neste Direito estrangeiro, a contumácia aplica-se tanto ao autor quanto ao réu. Não importando se a ausência ocorreu por razões voluntárias ou não.

Como consequência da contumácia tem-se a confissão do réu sobre os fatos afirmados oralmente pelo autor. Todavia, este efeito não tem o potencial de por si só tornar procedente a ação, posto que o juiz deverá analisar se, dos fatos narrados, se

27 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 39-40.

28 Idem. p. 42.

29 Idem. p. 43-44

conclui o pleiteado pelo autor. Deverá, também, certificar se os fatos alegados são possíveis e verossímeis³⁰.

1.4 Revelia no Direito Pátrio

Ao se estudar a revelia no Brasil, é mister se ater ao disposto nas Ordenações – do Reino; Afonsinas; Manuelinas e Filipinas – posto que é sabido que eram as normas que aqui vigiam quando do período de colonização pelos portugueses.

Após esses diplomas legais, em 1850, foi promulgado o Regulamento 737, no qual se regulou o processo comercial com previsão do instituto ora pesquisado.

Posteriormente, para se chegar ao que os atuais diplomas legais disciplinam a respeito de revelia, vigeram dois códigos de processo civil: o de 1939 e o de 1973.

Destarte, havia nas Ordenações do Reino a distinção entre o revel real e o presumido, àquele se aplicava punição mais severa do que a este, porquanto não lhe era assegurado recorrer da sentença, porém, a ele não se cominava a confissão dos fatos afirmados pela parte contrária, nem haveria imissão na posse dos seus bens.

Entendia-se como revel real aquele que, por vontade própria, não comparecesse, pessoalmente ou por seu procurador, em juízo, ao passo que se definia o revel presumido como aquele que por algum motivo foi impossibilitado de fazer-se presente em juízo, descartando, assim, a rebeldia ao chamamento³¹.

No ano de 1946 foram promulgadas as Ordenações Afonsinas que previam a revelia de maneira distinta a depender do direito discutido na ação. Se se tratasse de direito pessoal e o réu não comparecesse em juízo pessoalmente ou por meio de representação, seria ele condenado, desde que as alegações dos fatos fossem provadas pelo autor, tendo a sentença, nesse caso, força executiva sobre os bens do réu. Enquanto que, nas ações reais, era franqueada a imissão definitiva na posse do objeto litigioso.

Seguindo a regra anterior a estas ordenações, se o revel fosse real, não lhe seria permitido embargar a execução da sentença, salvo se comprovasse ter extinguido a obrigação inadimplida pelo pagamento ou pela quitação, ou em ações

30 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 47.

31 Idem. p. 60.

reais, desde que demonstrasse motivo plausível impeditivo do seu comparecimento, por si ou por procurador, em juízo.

Na sequência às Ordenações Afonsinas foram promulgadas as Ordenações Manuelinas, nas quais, caso o réu fosse revel, o processo teria seguimento, não podendo o autor, independentemente de ser a ação real ou pessoal, imitir-se na posse nos bens do réu revel. Nesse período também havia a distinção entre revelia verdadeira ou real e a presumida ou ficta.

Vale destacar que ao revel era assegurado o direito de ingressar no processo, caso aparecesse antes de a sentença ser proferida, no entanto, não poderia retroagir no tempo e praticar os atos processuais já consumados pela preclusão, devendo, por conseguinte, receber o processo no estado em que se encontrasse³².

Quanto à revelia na última das ordenações, as Filipinas, não houve significativas mudanças das Ordenações Manuelinas, uma vez que havia a separação entre revelia real e ficta; o autor não poderia imitir nos bens do réu; e este poderia integrar a lide, recebendo o processo no estado em que se apresentasse, podendo apelar, caso comparecesse antes da audiência, excetuando se revel verdadeiro.

Após as ordenações, criou-se o Regulamento 737 para disciplinar o processo comercial e posteriormente o processo civil também, afastando em quase sua totalidade, destarte, as Ordenações Filipinas.

De forma distinta das regras anteriores, o regulamento não mais distinguia a revelia real e presumida. Introduziu normas que se aplicariam indiferentemente aos revéis.

Nesse diapasão expressa Schiavi:³³

Em nosso regulamento 737, o processo podia desenvolver-se à revelia, mas sempre presunção de veracidade em virtude da contumácia, e o revel podia opor embargos infringentes à sentença demonstrando imediatamente o prejuízo.

O Primeiro Código de Processo Civil brasileiro, datado do ano de 1939, tratou em seu art. 34³⁴ de expor o que seria considerado revel para o processo, considerando-o como aquele que não apresentasse defesa no prazo legal.

32 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 61

33 SCHIAVI. Mauro. Op. cit. p. 19

Da definição se conclui que revel seria o réu que não se defendesse, ou seja, deixasse de apresentar contestação, reconvenção e exceções, pois são estas as peças hábeis a infirmar as alegações de fato do autor e de se desincumbir do ônus da prova que lhe cabe.

Como efeito da revelia, encontrava-se o de que os prazos correriam, contra o revel, independentemente de intimação ou notificação. No entanto, o revel poderia intervir no processo na fase em que se encontrasse.

Para Carvalho Santos³⁵, o réu só não seria intimado se não comparecesse nunca ao processo, pois, caso aparecesse em algum momento, deveria ser intimado a partir de então, visto que demonstrada a intenção de integrar lide, devendo, para tanto, o juiz assegurar a garantia de igualdade entre as partes.

Discordando do posicionamento acima, Oliveira aduz que é preciso se entender a *mens legis*, pois a intimação do revel seria possível e necessária sempre que esta objetivasse beneficiar ao autor, sendo proibida apenas para os atos que beneficiasse o réu³⁶.

O mesmo diploma legal tratou da revelia em seu art. 209, no qual constava que o fato alegado por uma das partes, quando não houvesse contestação, seria admitido como verídico se o contrário não resultasse do conjunto probatório.

Por meio da interpretação do referido artigo, chega-se a conclusão de que, embora a revelia propiciasse aos fatos alegados pelo autor o *status* de verídicos, não se poderia afirmar a sua absoluta veridicidade, já que esta poderia ser mitigada ou afastada totalmente pelo conjunto de provas constantes dos autos.

Comentando a respeito da revelia no Código de Processo de 1939, Mauro Schiavi³⁷ afirma que “no CPC de 1939, a revelia do demandado não eximia o autor de provar o fato constitutivo do seu direito, nem o encerramento prematuro da instrução”.

O Código de Processo Civil de 1973 alterou substancialmente as consequências da revelia que eram minimizadas pelo confronto entre a veracidade dos fatos afirmados e as provas presentes no processo,

34 Art. 34. Considerar-se-á revel o citado que não apresentar defesa no prazo legal, contra ele correndo os demais prazos independentemente de intimação ou notificação. Parágrafo único. Qualquer que seja a fase em que se encontre o processo, nele poderá intervir o revel.

35 CARVALHO SANTOS, J. M. *apud* OLIVEIRA. Op. cit. p. 64.

36 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 64.

37 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 19.

Assim o fez ao positivar em seu art. 319 que a ausência de contestação teria o condão de reputar verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Não dispondo, de forma proposital, que a presunção de veracidade dos fatos poderia ser afastada em razão do acervo probatório juntado ao processo.

Nessa linha de raciocínio, verifica-se que o código se baseou no Direito alemão e não no italiano, pois optou por dispensar o autor de provar as alegações dos fatos constitutivos de seu direito, caso o réu deixe de contestá-los. Como visto, no Direito italiano, à contumácia não foram atribuídos efeitos probatórios, isto é, o autor precisa provar suas alegações, regra essa não replicada no art. 319 do CPC/73.

Nesse sentido, declara Schiavi:³⁸

Atualmente, o artigo 319 do CPC, seguindo a esteira do Direito Alemão, prevê consequências graves para o não comparecimento do réu. Não se trata de mera inversão do ônus da prova em desfavor do réu, mas uma presunção de veracidade dos fatos invocados pelo autor.

Atualmente, o Código de Processo Civil de 2015, dispõe em seu art. 344 o entendimento legal de revelia, *in verbis*: “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”.

Comentando o referido artigo Nelson Nery Junior e Rosa Nery³⁹ apresentam a inteligência do que seria revelia dentro do sistema legal brasileiro da seguinte forma:

É ausência de contestação. Caracteriza-se quando o réu: a) deixa transcorrer em branco o prazo para a contestação; b) contesta intempestivamente; c) contesta formalmente, mas não impugna os fatos narrados pelo autor na petição inicial. A revelia pode ser total ou parcial, formal ou substancial. Há revelia parcial quando o réu deixa de impugnar algum ou alguns dos fatos articulados pelo autor na vestibular. Há revelia formal quando não há formalmente a peça de contestação ou quando é apresentada intempestivamente. Há revelia substancial quando, apesar de o réu ter apresentado a peça, não há conteúdo de contestação, como, por exemplo, quando o réu contesta genericamente, infringindo o CPC 336 *caput*.

Nota-se da exposição dos autores que a revelia não se efetiva apenas pela não apresentação da contestação, inexistência ou a preclusão temporal, mas

38 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 19

39 NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 16 ed. São Paulo: RT, 2016, p. 345.

também pela ausência de impugnação, de forma específica, de todos os fatos aventados pelo autor. Demonstrando uma abrangência maior do que seria revelia, pois, embora o réu tenha demonstrado interesse em se defender, isto não bastaria se não fossem observados os requisitos desta espécie defesa.

Ao analisar o dispositivo legal, Marinoni, Arenhart e Mitidiero⁴⁰ aduzem que deve ser considerado para se reconhecer o réu como revel tão somente se este apresentou a contestação, não interessando se foram apresentadas as outras espécies de defesa, a exemplo das exceções processuais ou reconvenção.

Na mesma linha de cognição exposta acima, Alexandre Freitas Câmara⁴¹ afirma que “decorrido o prazo sem que a contestação tenha sido oferecida, será o réu considerado revel. Revelia, então, é ausência de contestação (art. 344)”.

Defendendo uma posição mais ampla da definição de revelia trazida pelo artigo em comento, Tucci⁴² assim se expressa “a revelia ou contumácia se configura então pela inércia, isto é, pela completa ausência de resposta ao pedido do autor”.

Para este renomado autor, portanto, a revelia se configuraria não apenas pela ausência de contestação, outrossim, por inexistência de qualquer peça defensiva.

Embora haja posicionamentos mais amplos e mais restritos do que venha a ser revelia para o CPC atual, a análise literal do art. 344 combinada com a distinção clara entre contumácia e revelia, nos impõe concordar com aqueles que a entende como a ausência de contestação, e não com inexistência de outras peças de defesas diferentes daquela.

Quanto aos efeitos da revelia constantes nos arts, 344 e 346 do CPC, trataremos em tópico específico no decorrer deste trabalho.

40 ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado*. 2 ed. São Paulo: RT, 2016, p. 444.

41 CÂMARA, Alexandre Freitas. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 207

42 TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao Código de Processo Civil – (arts. 318-368)*; coordenação de José Roberto Ferreira Gouvêa, Luiz Guilherme Aidar Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, v. VII, p. 247.

2 PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO

Neste capítulo abordar-se-á a prova dentro do processo, precisamente no que diz respeito ao Processo do Trabalho. Sabendo-se que a teoria geral prova se aplica perfeitamente a este ramo do direito. Assim, será traçado considerações quanto a este importantíssimo assunto, dado que o reconhecimento da revelia impacta substancialmente na convicção do juiz quanto ao direito do autor, na medida em que o seu reconhecimento implica, caso se encaixe na regra, efeitos materiais e processuais.

2.1 Conceito de prova

Etimologicamente o vocábulo prova provém do latim *proba*, de *probare*, que é igual a demonstrar. Tem por significado aquilo que atesta a veracidade ou a autenticidade de algo⁴³.

O significado de prova exposto corresponde a diversos conceitos dados por renomados autores a este instituto de suma importância no Direito Processual.

Entendendo a relevância da prova para o processo, Carnelutti afirmou ser esta o coração do processo, pois por ela se definirá se o pleito será procedente ou improcedente⁴⁴.

Definindo prova Schiavi⁴⁵ assim exterioriza seu sentir:

Provas são os instrumentos admitidos pelo Direito como idôneos, a demonstrar um fato ou um acontecimento, ou, excepcionalmente, o direito que interessa à parte no processo, destinados à formação da convicção do órgão julgador da demanda.

Para Alexandre Freitas Câmara⁴⁶, “prova é todo elemento trazido ao processo para contribuir com a formação do convencimento do juiz a respeito da veracidade das alegações concernentes aos fatos da causa”.

Continua o processualista afirmando, em sua obra, que prova pode ser utilizada em dois sentidos: um subjetivo e outro objetivo. Para o sentido subjetivo

43 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Miniaurélio Século XXI Escolar: *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 564.

44 CARNELUTTI *Apud* SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 560.

45 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 560.

46 CÂMARA, Alexandre Freitas. Op. cit. p. 223-224.

seria o convencimento de alguém quanto a veracidade de uma alegação, ao passo que, na outra vértice, a prova corresponderia a qualquer elemento apresentado no processo para buscar demonstrar que as alegações de fato são verdadeiras.

Tratando do tema, Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery⁴⁷ conceituam prova como os “meios processuais ou materiais considerados idôneos pelo ordenamento jurídico para demonstrar a verdade, ou não, da existência e verificação de um fato jurídico”.

Ovídio Batista⁴⁸ ao discorrer a respeito das noções elementares de direito probatório entende que prova “pode significar tanto a atividade que os sujeitos do processo realizam para demonstrar a existência dos fatos formadores de seus direitos, quanto o instrumento por meio do qual essa verificação se faz”.

Discordando dos conceitos dados à prova pela grande parte dos doutrinadores, Manoel Antonio Teixeira Filho⁴⁹ a compreende como sendo o resultado e não o meio, para tanto se explicou:

Pela nossa parte, *vênia permissa*, entendemos que prova é *resultado* e não *meio*, nada obstante reconheçamos que o CPC vigente, tal como revogado, atribuiu, em manifesta errônea, ao meio o caráter de prova. Ora, a ser assim, ter-se-ia de admitir, inevitavelmente, por exemplo, que qualquer documento juntado aos autos constituiria, por si só, prova do fato a que se refere, ignorando-se, com isto, a apreciação judicial acerca desse meio de prova, apreciação que resultaria na revelação do *resultado* que tal meio produziu, conforme tenha eficácia para tanto.

Não se omitindo, o autor definiu prova, na linha das premissas logo acima, como a demonstração, segundo as normas legais específicas, da verdade dos fatos relevantes e controvertidos no processo.

Assim, percebe-se a dicotomia entre aqueles que compreendem a prova como instrumento apto a demonstrar a verdade dos fatos e Teixeira Filho, pois este a entende como a efetiva demonstração da verdade e não como o meio utilizado pelas partes para convencer o juiz da veracidade das alegações.

A par dessa divergência, não há dúvida entre todos os que se debruçam para escrever sobre o tema de que, seja a prova o meio ou o fim, ela é de inquestionável

47 NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Op. cit. p. 1068.

48 GOMES, Fábio Luiz e SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Teoria Geral do Processo Civil*. 6 ed. São Paulo: RT, 2010, p. 265.

49 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *A Prova no Processo do Trabalho*. 8 ed. São Paulo: LTr, 2003, p.34-36.

importância dentro do processo, porquanto somente por ela – sentido objetivo - juiz terá se convencido ou não – sentido subjetivo – da verdade alegada pelo autor ou pelo réu.

2.2 Objeto e finalidade da prova

Conforme se depreende dos brocardos jurídicos *jura novit cúria* e *da mihi factum dabo tibi ius* – o juiz conhece o direito e dê-me os fatos que darei o direito – o que se exige prova são os fatos, pois a prova do direito é dispensável em razão do seu conhecimento pelo magistrado.

Nesse sentido, é correto afirmar que o objeto da prova são os fatos alegados pelo autor, réu ou terceiros que originaram a pretensão resistida pela parte contrária.

Essa regra, todavia, possui exceções, posto que, consoante o artigo 374 do CPC, não dependem de prova os fatos notórios; os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; os admitidos no processo como incontroversos; e os que em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

Outra exceção à regra está na necessidade de prova do direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário pela parte que o alegar, caso assim o juiz determine (art. 376 do CPC). No processo do trabalho devem ser provados, ressalvado dispensa do juiz, o teor e a vigência do regulamento interno das empresas e de outras normas costumeiras ou particulares, assim como das normas coletivas – convenções e acordos coletivos e sentenças normativas⁵⁰.

Assim, sendo prescindíveis de prova, os fatos notórios são aqueles, consoante Calamandrei, “cujo conhecimento faz parte da cultura normal própria de determinado círculo social no tempo em que ocorre a decisão”⁵¹.

Ressalta-se que os fatos notórios não se confundem com os fatos que o juiz tenha ciência pessoal e que não constam dos autos.

Igualmente, não necessitam de prova os fatos confessados, pois a confissão em si já é prova da veracidade dos fatos. Muito embora a confissão possa ser ilidida por prova em contrário⁵².

50 CORRÊA, Claudia Giglio Veltrini e GIGLIO, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 224

51 CALAMANDREI *Apud* TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Op. cit. p. 49.

52 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 644.

Quanto aos fatos incontroversos, destaca-se que são aqueles que não foram impugnados especificamente (art. 336 do CPC) como aqueles confessados. Discorrendo a respeito Manoel Teixeira filho entende presente um manifesto vício tautológico no artigo 374 do CPC, porquanto tanto os fatos confessados quanto os incontroversos, à risca, dizem a mesma coisa⁵³.

Vale destacar que, embora não ocorra controvérsia quanto ao fato afirmado pelo autor e confessado pelo réu, verificando o juiz a presença de indícios de conluio entre as partes para obterem proveitos ilícitos com o processo, nada impede que ele exija a produção de prova dos fatos⁵⁴.

Da mesma forma, não dependem de prova os fatos que a lei presume existentes ou verdadeiros. Esta presunção se subdivide em *absoluta – iuris et de iure* – e relativa – *iuris tantum*.

A primeira não admite prova em contrário, são irrefutáveis, têm-se por provadas as alegações em virtude de opção do legislador. Contudo, faz-se necessário que a parte prove o fato conhecido no qual se baseia a presunção. Sendo dispensado apenas o nexo causal e o fato desconhecido⁵⁵.

Quanto à segunda presunção, a relativa, condicionais ou disponíveis, tem-se como aquela que o fato será considerado como ocorrido até sobrevier prova em contrário.

Nesse sentido, citando trecho da Barbosa Moreira, Didier Jr, Braga e Oliveira⁵⁶ assim expuseram em sua obra:

Ressalta com meridiana clareza a função prática exercida pela presunção legal relativa: ela atua – e nisso se exaure o papel que desempenha – na distribuição do ônus da prova, dispensando deste o litigante a quem interessa a admissão do fato presumido como verdadeiro, e correlativamente atribuindo-o à outra parte, quanto ao fato contrário.

Esta presunção *iuris tantum* se aplica aos casos de revelia, posto que a confissão como consequência da ausência do reclamado à audiência (art. 844 da CLT), que na realidade não se trata de confissão, mas de presunção de veracidade

53 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Op. cit. p. 52.

54 ALMEIDA, Isis de. *Apud* TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Op. cit. p. 53.

55 MARTINS, Adalberto. *Manual Didático de Direito Processual do Trabalho*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 152.

56 BRAGA, Paula Sarno; JR., Fredie Didier e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. 11 ed. Bahia: JusPODIVM, 2016, v. II, p. 63.

dos fatos afirmados pelo reclamante, admite contraprova, conforme será abordado com mais profundidade em capítulo posterior.

Como exposto anteriormente, não só os fatos exigem prova, mas também, em situações pontuais, algumas normas jurídicas precisam ser provadas, pois, como o ordenamento jurídico é complexo, muitas vezes o magistrado não detém o conhecimento de todas as normas. Dessa forma, exige-se que os regulamentos das empresas e as normas coletivas de trabalho estejam no processo para provar o alegado pelo autor ou pelo réu.

Amauri Nascimento⁵⁷ dispõe assim:

No Brasil agrava-se o problema porque não são divulgadas em órgão da imprensa. Daí a dificuldade em saber o seu conteúdo. Assim, quando a parte propõe ação fundada em direitos previstos em convenção coletiva de trabalho, em qualquer das suas modalidades, acordos intersindicais ou acordos coletivos de trabalho, tem de juntar, com a inicial, uma cópia.

Compreendido qual é o objeto da prova, é mister a exposição de pequenas considerações da finalidade de se produzir prova das alegações dos fatos constitutivos, modificativos, impeditivos e extintivos do direito.

Sabendo-se que o juiz é o responsável por averiguar o processo e proferir uma decisão conforme a verdade demonstrada nos autos, a prova, portanto, visa, fundamentalmente, convencer o seu destinatário – o juiz – da veracidade dos fatos alegados.

Afirma-se, também, que a finalidade da prova é transportar para o processo a realidade externa dos fatos que propiciaram o litígio, traduzindo-os, para que o juiz os possa conhecer e para que sirvam de base para os debates entre as partes⁵⁸.

Na linha do que adverte Manuel A. Teixeira Filho:⁵⁹

A prova não tem apenas a finalidade de convencer, mas, sobretudo, restringir e nortear a formação do seu convencimento, pois sabemos que, por força de disposição legal, o julgador não pode decidir contra a prova existente nos autos, sob pena de nulidade da sentença. O princípio da persuasão racional, adotado pelo CPC vigente, desautoriza o Juiz a julgar segundo a sua íntima convicção, impondo-lhe que o faça de maneira fundamentada; a fundamentação, no caso, é feita com vista à prova produzida e traduz uma exigência constitucional (art. 93, IX)

57 NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Op. cit. p. 646.

58 Idem. p. 636.

59 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Op. cit. p. 65.

Para Didier Jr, Braga e Oliveira⁶⁰ prova tem duas finalidades:

Além de ter por objetivo convencer o juiz acerca das alegações de fato sobre as quais se desenvolve a atividade probatória, a prova também tem por finalidade permitir que as próprias partes se convençam de que efetivamente são titulares das situações jurídicas que, em princípio, pensam ter e da demonstrabilidade em juízo das alegações de fato subjantes a tais situações jurídicas.

Corroborando tal conclusão tem-se visto, e.g., o reclamante empregado peticionar o recebimento de adicional de insalubridade, noturno, de periculosidade, extraordinário, e o reclamado, quando contesta a inicial junta documentos comprovativos do efetivo adimplemento das obrigações trabalhista, que são reconhecidos como verdadeiros pelo empregado, em seu depoimento.

Chega-se a conclusão de que a prova tem por finalidade não só buscar o convencimento do juiz, esta sendo a principal, como também buscar que as partes se convençam das alegações de fato e do direito, quando necessário a comprovação deste.

2.3 Ônus da Prova

Para iniciarmos o assunto destacam-se as palavras de Nelson Nery Junior:⁶¹

A palavra vem do latim *onus*, que significa carga, fardo, peso, gravame. Não existe obrigação que corresponda ao descumprimento do *onus*. O não atendimento do *onus* de provar coloca a parte em desvantajosa posição para a obtenção do ganho de causa. A produção probatória, no tempo e na forma prescrita em lei, é *onus* da condição da parte.

Conforme Didier Jr, Braga e Oliveira⁶², “*ônus da prova é, pois, o encargo que se atribui a um sujeito para demonstração de determinadas alegações de fato*”.

Este encargo pode ser fixado pela lei, pelo juiz ou pelas partes. A primeira, atribuída pelo legislador é estática, isto é, não depende da causa, pois ele o atribuiu de forma fixa ao autor ou ao réu. Já a atribuição feita pelo juiz e pelas partes é tida como dinâmica, haja vista que se efetiva conforme o caso concreto discutido em juízo.

60 BRAGA, Paula Sarno; JR., Fredie Didier e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Op. cit. p. 55-56.

61 NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Op. cit. p. 1081.

62 BRAGA, Paula Sarno; JR., Fredie Didier e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Op. cit. p. 110.

Ressalta-se que, como o era antes da entrada em vigor da reforma trabalhista, consoante a Instrução Normativa 39 do TST, permaneceu inaplicável a atribuição do ônus da prova de forma dinâmica pelas partes, visto que tal instituto é incompatível com o processo do trabalho. Contudo, após a alteração introduzida no art. 818 da CLT pela Lei 13.467/15, não há mais dúvida de que se aplica, sim, a distribuição do ônus realizada pelo juiz.

Antes da referida reforma, a CLT no citado artigo apenas dispunha que a prova das alegações incumbiria a parte que a fizesse, no entanto, como se sabe, esta regra não era completa, pois existem os fatos constitutivos, modificativos, impeditivos e extintivos do direito, portanto não é correto afirmar que cabe a quem alega provar o alegado, se assim o for, as partes teriam que provar todos os fatos que declinaram na inicial ou na contestação.

Nesse sentido são as palavras de Valentin Carrion:⁶³

A regra de que o ônus pesa sobre quem alega é incompleta, simplista em excesso. O empregado que afirme não ter faltado ao serviço em certo dia terá de prová-lo? Se outro alegar, na petição inicial, que celebrou contrato com a empresa e que esta foi representada no ato por preposto capaz e sem coação, deverá provar as três circunstâncias? É óbvio que não....

Enquanto a CLT quanto à distribuição do ônus da prova não era completa, o Código de Processo Civil em seu art. 373 o fez de forma correta, posto que, apoiado na teoria de Chiovenda⁶⁴, definiu que é ônus do autor provar o fato constitutivo de seu direito e do réu o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Entretanto, em 2016, o TST editou a IN 39/16 que permitiu a aplicação do artigo citado no processo do trabalho. Ressalvou apenas a possibilidade das partes distribuírem o ônus da parte por meio de negócio jurídico processual.

No ano de 2017, por meio da reforma trabalhista, o legislador alterou o artigo da CLT para incluir o que já estava previsto no CPC e que a jurisprudência há tempos vinha praticando, isto é, o ônus da prova estático pertence ao reclamante quanto à prova da constituição de seu direito (CLT, art. 818, I), enquanto o de provar o impedimento, a extinção e a modificação do direito do reclamante pertence ao reclamado (CLT, art. 818, II).

63 CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas*. 41 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 758.

64 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit. p. 52.

Vale trazer à baila o que são fatos constitutivos, impeditivos, modificativos e extintivos nas palavras de Schiavi:⁶⁵

Os fatos constitutivos são os que geram o direito do auto, como, por exemplo, a prova da prestação pessoal de serviços, do honorário em sobrejornada, do nexo causal entre a doença e a função. Os fatos impeditivos são os que obstam o direito do autor – por exemplo, tempo de função superior a dois anos na equiparação salarial. Os fatos modificativos são os que impedem que o pedido do autor seja acolhido, em virtude de modificações ocorridas entre negócios havidos entre autor e réu – por exemplo: transação, novação, compensação, confusão. Os fatos extintivos não tornam improcedente o pedido do autor, porque extinto o direito ou a pretensão postos em juízo – como exemplos: prescrição e a decadência.

Assim, não só foi introduzido, de forma completa, o ônus da prova estático, como também o dinâmico. Sendo que essa regra não pode onerar de forma excessiva a parte (prova diabólica).

Entende-se por distribuição dinâmica do ônus da prova, aquela na qual o magistrado irá atribuir à parte que possui maior aptidão para produzir a prova, ou seja, de acordo com aquele que tem melhores condições de provar os fatos⁶⁶.

Destaca-se que, além do ônus subjetivo acima exposto – analisar a quem dos sujeitos incumbe provar o alegado – há o ônus da prova objetivo, pois compete ao juiz verificar as provas presentes nos autos, não importando quem as tenha juntado. Nesse sentido, consoante o art. 765 da CLT (juiz é diretor do processo) e o princípio da busca pela verdade real, é assegurado ao magistrado requerer a produção de diligências e provas com o fim de se chegar o mais próximo da verdade dos fatos narrados pelas partes.

2.4 Meios de Prova

Nas palavras de Gustavo Filipe Barbosa Garcia⁶⁷, “os meios de prova podem ser entendidos como os instrumentos materiais ou pessoais trazidos ao processo para revelar a verdade dos fatos”.

De maneira análoga, Nelson Nery Junior, comentando o art. 369 do CPC, se expressa quanto ao que seria meios de provas como sendo “meios processuais ou

65 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 584.

66 MARTINS, Sergio Pinto. *Teoria Geral do Processo*. 2 ed. Saraiva: São Paulo, 2017. p. 252.

67 GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 3 ed. Forense, 2014, p. 462.

materiais considerados idôneos pelo ordenamento jurídico para demonstrar a verdade, ou não, da existência e verificação de um fato jurídico”.

São meios de prova o depoimento pessoal; as testemunhas; os documentos; as perícias e a inspeção judicial. É preciso acentuar que confissão não é meio de prova, mas é a própria prova proveniente do depoimento pessoal.

É pertinente dizer que a CLT apresenta omissão quanto ao tratamento dos meios de prova admissíveis no processo do trabalho, todavia faz referência, mas bem superficial, ao depoimento das partes; à prova documental; à prova testemunhal e à prova pericial.

Em razão dessa omissão e da compatibilidade das disposições constates no CPC, os juízes e operadores do direito laboral se socorrem das regras presentes no referido código.

Com relação à previsão do CPC em seu art. 369, é cristalino que não há um rol taxativo de meios de prova aceitos no processo, pois, desde que sejam moralmente legítimos podem ser utilizados para provar a verdade dos fatos controvertidos.

Sem embargos de admitir todos os meios de prova legais e morais, o código elencou alguns.

Dentre eles está o depoimento pessoal das partes do processo, que é, nas palavras de Amauri Nascimento⁶⁸, “uma declaração, prestada pelo autor ou pelo réu, sobre os fatos objetos do litígio, perante o juiz”.

É pertinente distinguir depoimento de interrogatório, porquanto o primeiro visa obter a confissão, sendo requerido pela parte contrária, ao passo que o segundo busca obter esclarecimento de fatos relevantes para a solução da causa. Embora neste possa ocorrer a confissão real, não é a sua finalidade.

Como exposto acima, a CLT ao tratar do assunto, utilizou o termo interrogatório quando buscava dizer depoimento.

Nesse sentido Gustavo Garcia pontifica, citando, ainda, como entendimento jurisprudencial a Súmula 74 do TST⁶⁹ (2014, p. 465):

68 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Op. cit. p. 650

69 CONFISSÃO. (atualizada em decorrência do CPC de 2015) – Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016) I - Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. (ex-Súmula nº 74 - RA 69/1978, DJ 26.09.1978) II - A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (arts. 442 e 443, do CPC de 2015 - art. 400, I, do CPC de 1973), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ nº 184 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)III- A vedação à

Embora a leitura dos arts. 820 e 848 da CLT possa indicar a adoção do sistema de interrogatório, o qual é faculdade do juiz, a jurisprudência majoritária entende que as partes têm o direito de requerer o depoimento pessoal, visando à confissão da parte contrária, em respeito ao direito à prova e à ampla defesa.

Assim, nos termos da citada Súmula, é dever da parte, requerer na petição inicial e na contestação o depoimento pessoal da parte contrária, sob pena de confissão⁷⁰.

Outro meio de prova é a testemunha. Pessoa estranha ao processo, isto é, que não seja parte no processo, que presta depoimento a respeito dos fatos que conhece.

Este meio de prova é o mais utilizado no processo do trabalho, posto que, em muitos casos, é o instrumento que o empregado tem para provar suas alegações de fato.

Para sintetizar o exposto referente à testemunha vale observar o apontado por Schiavi:⁷¹

Testemunha é a pessoa física capaz, estranha e isenta com relação às partes, que vem a juízo trazer as suas percepções sensoriais a respeito de um fato relevante para o processo do qual tem conhecimento próprio.

Ressalta-se que a prova testemunhal é sempre admissível, salvo quando os fatos já houverem sido provados por documentos ou por confissão (real) da parte e os que só puderem ser provados por documentos ou perícia.

Os documentos são outro meio de prova. Estes são toda representação objetiva de um pensamento, material ou literal (Alsina). Em sentido estrito, o documento é toda coisa que seja produto de um ato humano, perceptível com os sentidos da vista e do tato que serve de prova histórica indireta e representativa de um fato qualquer (Echandia)⁷².

Como destaca Schiavi⁷³ muito já se discutiu na doutrina sobre a prevalência da prova documental sobre a prova oral. Não obstante, a moderna doutrina caminha

produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.

70 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Op. cit. p. 650

71 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 638.

72 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Op. cit. p. 650

73 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 623.

no sentido de não haver hierarquia entre as provas, pois o juiz é livre para apreciar as provas e firmar sua convicção.

É indiscutível que o sistema legal brasileiro não adotou a teoria da tarificação da prova, mais sim a da persuasão racional. Nesse sentido, portanto, não há falar que uma prova valha mais ou menos do que outra. Demonstrando que, embora haja o princípio da primazia da realizada no processo do trabalho, o valor a ser dado aos documentos juntados à inicial ou à contestação frente a outras provas constantes dos autos deve ser o mesmo.

Quanto à perícia, destaca-se o conceito dado por Enchandia⁷⁴:

É uma atividade processual desenvolvida, em virtude de encargo judicial, por pessoas distintas das partes do processo, especialmente qualificadas por seus conhecimentos técnicos, artísticos ou científicos, mediante a qual são ministrados ao juiz argumentos ou razões para a formação do seu convencimento sobre certos fatos cuja percepção ou cujo entendimento escapa das aptidões comuns das pessoas.

Assim, embora o juiz deva julgar o caso concreto, não é razoável que lhe seja exigido o conhecimento especializado de todas as áreas, visto que seria impossível haver alguém dessa forma.

Faltando conhecimentos especializados ao juiz, será feito exame por um especialista para se provar os fatos afirmados pelas partes. Para este meio de prova, nomeia-se um perito, que funcionará como auxiliar do juízo.

O juiz negará o pedido de perícia sempre que a prova dos fatos independer de conhecimento de experto, que haja outras provas que comprovem a alegação, ou, ainda, quando impraticável, frente a transitoriedade dos fatos a ser provados⁷⁵.

No entanto, é de suma importância destacar que, no processo do trabalho a perícia obrigatória é a regra, a exemplo do que diz respeito à apuração e classificação das atividades insalubres ou perigosas, assim o é que o art. 195, § 2º, da CLT, *in verbis*: “Argüida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por Sindicato em favor de grupo de associado, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho”, exige que o juiz nomeie um perito para realizar a perícia.

74 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Op. cit. p. 670

75 CORRÊA, Claudia Giglio Veltri e GIGLIO, Vagner D. Op. cit. p. 246.

Portanto, nestes casos, pode-se afirmar que tal prova não poderá ser afastada mesmo quando o réu for revel, visto que o dispositivo legal é imperativo ao dispor que o juiz designará perito no caso litigioso. Nessa linha de raciocínio é o entendimento do TST fixado na Orientação Jurisprudencial 278 da SDI-I⁷⁶.

Por último, mas não menos importante, cita-se como meio de prova a inspeção judicial. Esta que consiste na percepção, diretamente pelo juiz, dos fatos quando em análise das pessoas e coisas atinentes ao litígio.

Didier Jr, Braga e Oliveira⁷⁷ lecionam quanto a este meio de prova dessa forma:

A inspeção judicial, também conhecida como inspeção ocular, exame judicial ou reconhecimento judicial, é meio de prova que se concretiza com o ato de percepção pessoal do juiz, com um ou alguns dos seus sentidos, das propriedades e circunstâncias relativas a pessoa ou coisa (móveis, imóveis e semoventes)

Acentua-se que o juiz poderá, a exemplo dos outros meios de prova, de ofício ou a requerimento das partes, em qualquer fase do processo, realizar a inspeção judicial.

76 “A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização como em caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova” (TST, SDI-I, Orientação Jurisprudencial 278).

77 BRAGA, Paula Sarno; JR., Fredie Didier e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Op. cit. p. 246.

3 REVELIA NO PROCESSO DO TRABALHO ANTES DA REFORMA TRABALHISTA

Neste capítulo a abordagem se limitará a expor algumas considerações sobre o instituto da revelia no processo do trabalho antes da entrada em vigor da reforma trabalhista para posteriormente se chegar à conclusão defendida neste trabalho. Em linhas gerais se buscará compreender como o reclamado se tornava revel nos termos da CLT e da Jurisprudência do TST. Para tanto será traçado um paralelo com os conceitos e definições apresentados nos capítulos anteriores.

3.1 Dispositivos Legais

De início é preciso realçar que o CPC trata a revelia, conforme já exposto nesta obra, como sendo a regra desde os primórdios deste instituto. Ou seja, para sua configuração é preciso que o réu não conteste a peça vestibular.

Nesse sentido é o art. 344 deste diploma legal que assim está escrito “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”.

Já no processo do trabalho, até então, conforme a leitura literal do art. 844 *caput* da CLT, tem-se por revel o reclamado que não comparecer à audiência e não aquele que deixa de contestar a ação.

Para entender o porquê da diferença entre as referidas normas, é preciso ter em vista o *caput* do art. 847 da Consolidação das Leis Trabalhista, pois neste ramo do direito a resposta é ato de audiência.

Nesse ínterim, não haveria falar em revelia no processo do trabalho como simples ausência de contestação, mas sim da não presença do reclamado à audiência.

Lecionando sobre o tema Schiavi⁷⁸ conclui:

Pelo confronto entre os arts. 319 do CPC e 844 da CLT, de plano, nota-se que o dispositivo celetista faz alusão à revelia como sendo o não comparecimento do reclamado à audiência. Não há como se interpretar a revelia, sob o prisma do Processo do Trabalho, com a revelia no processo civil, pois, enquanto neste a revelia configura-se com a ausência da parte (reclamado) à audiência. Como na CLT tem regra específica, não há como se aplicarem os conceitos do Direito

78 SCHIAVI. Mauro. Op. cit. P. 511

Processual Comum (art. 769 da CLT). Sob outro enfoque, o art. 844 da CLT é peremptório ao asseverar que a ausência do reclamante “importa o arquivamento” e a “ausência do reclamado importa revelia”, revelando a especificidade do instituto do Direito Processual do Trabalho. Além disso, na esfera processual trabalhista, a resposta é ato de audiência (art. 847 da CLT).

Ademais, outro fundamento que sustenta a distinção entre o processo comum e o trabalhista são os princípios da oralidade, da celeridade e da concentração dos atos processuais.

Os três princípios buscam assegurar que os atos processuais sejam mais simples, e, por consequência, mais céleres, além de serem praticados em uma única audiência (art. 849 da CLT).

Em suma, neste ramo especializado, consoante texto do *caput* do art. 844 da CLT, a mera ausência do réu à audiência torna o torna revel, não interessando se houve ou não a defesa escrita.

Também não tem o condão de ilidir a revelia se o advogado constituído pelo reclamado compareceu à audiência munido de procuração e defesa, pois, nesse sentido, o TST firmou o entendimento por meio da Súmula 122⁷⁹.

3.2 Efeitos da Revelia

Valendo-se da aplicação subsidiária do CPC, no que não for contrário ao que dispõe a CLT, aplica-se como consequências materiais e processuais ao reclamado revel a presunção de veracidade das alegações de fato formulada pelo reclamante (art. 344 do CPC); julgamento antecipado do mérito (art. 355, II do CPC); e prazos processuais correrão da data de publicação dos atos decisórios no diário oficial, salvo se o revel possuir advogado (art. 346 do CPC).

Quanto ao primeiro efeito material da revelia, tem-se que todas as alegações de fato afirmadas pelo autor na inicial terão presunção de ser verdadeiras. Embora seja essa a previsão constante no CPC, a CLT na segunda parte do *caput* do art. 844 assevera que o não comparecimento do reclamado à audiência gera confissão quanta a matéria de fato.

79 “A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência. (primeira parte - ex-OJ nº 74 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996; segunda parte - ex-Súmula nº 122 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)”.

Todavia é preciso distinguir revelia de confissão, pois enquanto aquela é a falta de contestação, a confissão é a falta de depoimento. Com efeito, Amuari⁸⁰ pontifica: “a primeira é a falta de defesa. A confissão quanto à matéria de fato é a falta de depoimento. O momento da revelia é a contestação. O momento da confissão ficta é o depoimento”.

Na linha do exposto no capítulo anterior, verificou-se que o objetivo do meio de prova intitulado de depoimento é obter a confissão das partes quanto aos fatos alegados por elas. Assim, grande parte da doutrina entende que a CLT ao tratar da matéria o fez de forma atécnica.

Nessa pegada, não concordando com o texto expresso na CLT, Schiavi⁸¹ assinala:

No nosso sentir, revelia e confissão não são institutos da mesma natureza. A confissão é a admissão dos fatos declinados pela parte contrária contra os interesses do confidente. A revelia é a ausência do reclamado em audiência, na qual deveria defender-se, gerando uma presunção de veracidade dos fatos declinados na inicial (art. 844 da CLT c/c art. 319 do CPC)⁸². Essa presunção não se confunde com confissão, pois confissão pressupõe um ato de vontade da parte ainda que omissa. Na revelia não há o elemento intencional da confissão, qual seja, ânimo de confessar.

Para se compreender melhor o instituto da confissão faz-se necessário demonstrar as suas duas espécies: confissão real e confissão ficta.

A confissão real é expressa. É o ato pelo qual uma pessoa capaz reconhece e declara verdadeiro o fato que se lhe imputa ou contra ela é alegado. Ao passo que a confissão ficta ocorre quando a parte não juntou defesa aos autos. É uma ficção jurídica para que os fatos alegados pelo autor sejam presumidamente verdadeiros.

Discorrendo a respeito, Didier Jr, Braga e Oliveira⁸³ ensinam:

A confissão pode ser real, que é aquela efetivamente feita pelo confidente, oralmente ou por escrito, ou ficta, que é a que se reputa ocorrida, embora se saiba que de fato não ocorreu, em razão do não comparecimento ao depoimento pessoal ou da recusa a depor em caso de a parte, intimada, ter comparecido à audiência (art. 385, § 1º, CPC). Percebam que a confissão ficta se trata de verdadeira ficção jurídica: embora saiba que não ocorreu (não houve a confissão), o legislador considera o fato como ocorrido.

80 NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Op. cit. p. 620.

81 SCHIAVI. Mauro. Op. cit. p. 516

82 O art. 319 do CPC/73 corresponde ao art. 344 do CPC/15.

83 BRAGA, Paula Sarno; JR., Fredie Didier e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Op. cit. p. 172.

Nesse diapasão, constata-se que a confissão no processo do trabalho não é consequência da revelia, como sugere o art. 844 da CLT, mas sim o não comparecimento do réu para prestar depoimento, quando este for requerido.

Sendo, sim, efeito material da revelia tão somente a presunção de veracidade dos fatos alegados na exordial, porquanto, por ser relativa, esta presunção admite prova em contrário. Desse modo, conclui-se que se aplica o art. 344 do CPC ao Processo do Trabalho.

No que tange aos dois efeitos processuais da revelia, no Processo do Trabalho, em virtude da previsão de audiência una, a reclamação terá julgamento imediato. Isto é, o juiz apreciará o mérito antecipadamente, posto que, aplicando-se o efeito material da revelia ao reclamado e não havendo pedido de provas contrapostas ou necessidade de realização de perícia, o processo já estará apto a ser julgado com as provas constantes nos autos.

Nesse sentido destaca-se o pensamento de Adalberto Martins⁸⁴: “diante da revelia e *ficta confessio* do reclamado, via de regra, o julgamento ocorre imediatamente, à luz do art. 330, II⁸⁵, do Código de Processo Civil, já que resta abreviada a dilação probatória”.

O segundo efeito processual da revelia, desnecessidade de intimação do reclamado dos atos do processo, salvo se tiver advogado constituído nos autos, é mitigado no Processo do Trabalho, pois o art. 852 da CLT assegura ao revel a notificação da sentença por meio de registro postal, com franquia.

Assim, mesmo que o revel não tenha advogado constituído nos autos, sua intimação será realizada. Essa previsão na CLT veio para assegurar que o reclamado possa tomar ciência do teor da decisão e cumpri-la espontaneamente, independentemente de execução forçada.

A doutrina discute se o art. 346 do CPC aplicar-se-ia ao Processo do Trabalho, visto que a CLT não é omissa quanto ao tema.

De um lado há os que defendem a sua não aplicação, se valendo do exposto acima⁸⁶. Na outro ponto, aqueles que entendem que, embora o art. 852 da CLT determine a notificação do réu revel, esta seria somente para a sentença, ao passo

84 MARTINS, Adalberto. Op. cit. p. 516

85 O art. 330, II, do CPC/73 corresponde ao art. 355, II, do CPC/15.

86 MANOEL, Antonio Teixeira Filho / MALEET, Estêvão. *Apud* SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 513

que, quanto às demais intimações presentes no desenrolar do processo, o revel só seria intimado se tivesse advogado⁸⁷.

Acredito que a segunda corrente deve prevalecer em virtude do direito fundamental constante no art. 5º, inciso LV, da CF, já que não há razão para o direito ao contraditório ser afastado, malgrado presente a revelia.

3.3 Revelia na Jurisprudência Trabalhista

Tanto os Tribunais Regionais do Trabalho quanto o Tribunal Superior do Trabalho compreendem a revelia como sendo a ausência do reclamado à audiência na qual deveria apresentar defesa.

Nesse sentido, duas decisões de TRT sobre o assunto:

REVELIA. CONFISSA. MATÉRIA DE DIREITO. NÃO APLICÁVEL. A não apresentação da contestação caracteriza a revelia, a qual acarreta a pena de confissão. A confissão ficta, por sua vez gera a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor. No caso em tela, porém, trata-se a lide, exclusivamente, de matéria de direito, logo não há falar em confissão, pois a mesma, somente presume verdadeiras as questões fáticas, visto que as questões de direito devem ser apreciadas livremente pelo juiz (TRT 17ª R., RO 0031700-53.2006.5.17.0141, Pleno, Rel. Des. Jailson Pereira da Silva, Ver. Des. Gerson Fernando da Sylveira Novais, DEJT 30-7-2007).

HORAS EXTRAS. REVELIA. EFEITOS. A revelia é um estado processual caracterizado pela ausência de comparecimento da reclamada à audiência, deixando de oferecer contestação às pretensões do reclamante. Já a confissão ficta decorre da revelia, significando o não comparecimento da reclamada para depor (art. 844, CLT). O fundamental efeito da revelia é a confissão presumida que consiste na dispensa da prova pelo autor, presumindo-se a veracidade dos fatos articulados na inicial, pois se tornam incontroversos, atraindo a incidência do inciso IV, do art. 334, do CPC, autorizando o julgamento antecipado da lide, nos moldes preconizados pelo inciso II, art. 330, do mesmo diploma processual. A confissão presumida não alcança matéria de direito, mas se limita a matéria de fato, caso dos autos. Presume-se verídica a jornada declinada pela reclamante, eis que não feriria o princípio da razoabilidade, se levarmos em conta a realidade brasileira de exploração do trabalhador (TRT 17ª R., RO 0105500-76.2002.5.17.0005, Pleno, Rel. Des. Cláudio Armado Couce de Menezes, Ver. Des. Claudia Cardoso de Souza, DEJT 8-8-2003)⁸⁸.

Dos excertos é possível verificar que o entendimento, de uma forma geral, nos julgados nos Tribunais Regionais é o da confusão entre revelia e confissão, posto que se destaca a compreensão de que a confissão é consequência da revelia,

87 SCHIAVI, Mauro. Op. cit. p. 514

88 LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 676-677.

sendo que não o é, haja vista que revelia é a ausência de contestação, ao passo que confissão é obtida pela confirmação dos fatos afirmados pelo autor na inicial por meio do depoimento pessoal.

Tal confusão se opera em razão de não se separar o instituto da revelia e seus efeitos. Já que o legislador juntou em um único artigo (844 da CLT) a definição de revelia e as consequências aplicáveis ao reclamado que não comparece para prestar o depoimento pessoal.

No que toca aos julgados do Tribunal Superior do Trabalho, destacam-se duas Súmulas, 122 e 74.

Na primeira, o órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, se limitando à literalidade do *caput* do art. 844 da CLT, não concebeu a revelia como ausência de defesa, e sim, como ausência do réu à audiência, o fez ao dispor que a presença do advogado, constituído pelo reclamado, à audiência, não obstará a revelia deste, mesmo que o causídico apresentasse a contestação.

À baila um dos precedentes da Súmula 122.

"ANIMUS" DE DEFESA - AUSÊNCIA DA DEMANDADA - IMPLICA EM REVELIA QUANDO SÓ COMPARECE O ADVOGADO À AUDIÊNCIA. Não está a merecer reforma a r. decisão turmária, em face do que dispõe, literalmente, o art. 844 da CLT, no sentido de que a ausência da Demandada à audiência implica na decretação da revelia e na aplicação da confissão quanto à matéria de fato. A presença das partes na audiência visa ao escopo maior do processo do trabalho, qual seja, a conciliação. O Reclamado, de acordo com o registrado nos autos, foi devidamente notificado a apresentar-se pessoalmente na audiência. O argumento de que o advogado compareceu não deve prevalecer, ante os claros termos do citado dispositivo legal, no sentido da exigência expressa da presença da parte, independentemente do comparecimento de seu procurador. Cumpre ressaltar lição de Mozart Victor Russomano, ao comentar a matéria em questão: "Há casos em que se tem entendido que, quando o reclamado não comparece à audiência, mas exterioriza sua intenção de se defender nos autos, enviando à mesma, por exemplo, advogado munido de procuração, não deve ser declarado revel e confesso. Tal orientação é incompreensível, em face dos claros termos do artigo precedente. Se a Lei exige a presença da parte, independente da presença de seu representante, como vamos admitir que o reclamado com procurador constituído possa eximir-se de comparecer em juízo, desde que seu advogado o faça? A substituição das partes só pode ser feita na forma dos §§ 1º e 2º do artigo anterior. (Comentários à CLT - 9ª edição – Forense - pág. 906)." (fl. 107) Ademais, não há que se falar na possibilidade de o advogado substituir a parte no processo trabalhista, eis que este não se encontra dentre aqueles indicados para substituto do réu, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 843 da CLT. (TST, ERR 75497/1993. Min. Nelson Daiha. DJ 29.11.1996)

Já quanto a Súmula 74, no seu item I, o TST, separou o instituto da revelia e o da confissão ao dispor “Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor”.

4 REVELIA PÓS ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/17

No dia 13 de julho de 2017, a Consolidação das Leis do Trabalho, por meio da Lei nº 13.467, sofreu profunda modificação, a qual foi intitulada de reforma trabalhista. Esta que em diversos dispositivos, principalmente em Direito Material do trabalho, é criticada pela maioria dos doutrinadores que escrevem para este ramo do direito.

Não obstante significativas mudanças na estrutura do Direito do Trabalho e também no Direito Processual do Trabalho, nos dedicaremos, neste capítulo, a tratar especificamente da introdução dos §§ 4º e 5º ao art. 844 e do parágrafo único ao art. 847, ambos à CLT. Precisamente no que concerne à possibilidade do reclamado ausente à audiência apresentar contestação, gerando, desse modo, o questionamento sobre o que seria revelia para o Processo do Trabalho.

4.1 Revelia à Luz do *Caput* do Artigo 844 da CLT

Para se entender a expressiva mudança que a reforma trabalhista operou no instituto da revelia no que toca ao, até então, entendimento doutrinário e jurisprudencial já apresentado nos capítulos anteriores deste trabalho, faz-se necessário transcrever o disposto na cabeça do artigo 844 da CLT, pois este artigo é, no Processo do Trabalho, o norte para a jurisprudência e a doutrina majoritária pátria quando se questiona o que seria revelia na seara trabalhista, *in verbis*: “O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato”.

Como dito anteriormente, era pacífico que no Processo do Trabalho o revel correspondia ao reclamado que não compareceu à audiência única. Tal compreensão se deu em razão do supracitado artigo, visto que a mera leitura do dispositivo nos força a atrelar a revelia ao mero não comparecimento do réu à audiência, todavia é preciso entender a razão do texto legal. Haja vista que, antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467/17, a forma de se apresentar a contestação era, segundo previsão expressa da CLT, oralmente, por até vinte minutos, após a tentativa frustrada de acordo entre as partes (art. 847).

Em virtude dessa previsão de defesa oral, embora se admitisse a defesa escrita até uma hora antes da audiência, que seria aberta somente no momento de se apresentar a contestação, o legislador optou por vincular a revelia ao não comparecimento do reclamado à audiência, quando na verdade o seria pela não apresentação de defesa, já que, como não se fez presente, não haveria de apresentar sua contestação aos fatos alegados pelo reclamante, o que se coaduna com o verdadeiro sentido do instituto em análise.

Embora se exija a presença do reclamado, ou de gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, à audiência, conforme se extrai da leitura do artigo 843 da CLT, não se pode modificar a conceituação do que venha a ser revelia para a Teoria Geral do Direito, porquanto não paira dúvida que revel é aquele que não atende ao chamado para se defender.

Destacando a importância da presença do reclamado à audiência, pois é nesta que serão praticados a maioria dos atos processuais, posto que ela é, em regra, única, Amauri⁸⁹ aduz:

No processo do Trabalho é exigido o comparecimento das partes à audiência. Nesta os atos processuais são praticados. A contestação é ato de audiência. Segue-se o depoimento pessoal na mesma audiência, quando una ou na seguinte, quando há desdobramento.

Do pontificado pelo renomado doutrinador, não se chega a outra conclusão senão a de que o legislador ao tratar da revelia, nos termos constante no *caput* do art. 844 da CLT, apenas buscou deixar claro que o reclamado seria revel ao não comparecer para se defender e depor, pois a prática destes atos são facultados às partes em audiência.

Como visto acima, além de dispor que o reclamado seria revel por não comparecer à audiência – o que, no nosso entender, tem razão de ser na defesa oral – o legislador corroborando esta nossa interpretação, no final do dispositivo legal, ainda trouxe que a ausência do réu à audiência importaria em confissão quanto à matéria de fato.

Dedução essa se chegou pois, nos termos do já apresentado nesta obra, confissão não é a simples não presença do reclamado à audiência, mas sim seu não comparecimento para realizar o depoimento pessoal.

89 NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Op. cit. p. 619.

Nesse diapasão salta aos olhos que a interpretação do artigo em comento deve ser feita com base tanto no método gramatical – análise do sentido dos vocábulos do texto interpretado -, quanto também conjugá-lo com o sistemático – análise do dispositivo legal em consonância com o sistema no qual está inserido, interpretação do artigo dentro de um universo maior - e com o teleológico ou finalístico (interpretação conforme o fim destinado pelo legislado).

Dessa maneira, torna-se necessário compreender o porquê da aglutinação em um único artigo de duas consequências do não comparecimento do reclamado à audiência. No nosso sentir, entendemos que o dispositivo substituiu as partes pelo todo, o fazendo não querendo transformar a revelia em ausência do réu à audiência ou tornando ele confesso pela sua ausência, e sim para confirmar que na Justiça do Trabalho os atos praticados pelas partes, mormente a contestação e o depoimento, deverão ser, em quase sua totalidade, realizados em uma única audiência.

Nessa pegada de raciocínio, conclui-se que revelia no Processo do Trabalho, como o é em outros ramos do direito, é a não apresentação de contestação, e confissão a inexistência de depoimento pessoal.

O Tribunal Superior do Trabalho, por meio da mencionada Súmula 122, conferiu interpretação ao art. 844 da CLT de forma contrária ao defendido neste tópico, porquanto não separou o que seria revelia dos efeitos que a não presença do réu à audiência designada para que este pudesse apresentar seu depoimento requerido pela parte contrária poderia gerar, ou, então, que a revelia tem por efeito a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo reclamado.

Tal afirmação se sustenta por este Colendo Tribunal ter afastado a possibilidade do reclamado, demonstrando o *animus* de defesa – presença do advogado constituído e com a defesa e documentos escritos - pudesse juntá-los aos autos do processo com o fim de afastar a confissão presumida que se aplicaria ao réu pela negativa de depoimento pessoal.

O enunciado demonstra uma total discrepância entre tudo o que se compreende por revelia desde o direito romano até os dias atuais, visto que o referido órgão máximo da Justiça do Trabalho preteriu o conteúdo do instituto da revelia ao texto do art. 844 c/c com art. 843 da CLT.

Abordando a respeito da revelia e comparecimento do advogado não empregado à audiência, Carlos Henrique Bezerra Leite⁹⁰ coaduna com o entendimento do TST na medida do que assevera:

De acordo com o art. 844 da CLT, o não comparecimento da parte, salvo nas hipóteses permitidas pelo art. 843 e seus parágrafos, todos da CLT, a caracterizará a revelia, sofrendo o réu os efeitos sobre a matéria fática (confissão ficta), razão pela qual não pode o juiz receber a contestação.

Data venia ao entendimento do renomado doutrinador, ousamos discordar, posto que não se pode esquecer de que confissão é a prova que se obtém por intermédio de um dos meios de provas admitidos em direito – depoimento pessoal - do qual discorreremos a respeito no capítulo 2 desta monografia.

Quando aduz que em razão da confissão presumida o juiz não está autorizado a receber a contestação, o autor não considerou que a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo reclamante é relativa, isto é, pode ser elidida por outras provas constantes no processo.

Objetivando separar os institutos da revelia e da presunção relativa de serem verdadeiros os fatos alegados pelo autor, a reforma trabalhista acrescentou ao texto celetista a previsão do advogado do reclamado, presente à audiência, apresentar a contestação e documentos, independentemente da presença do outorgante de poderes.

Não só permitiu ao advogado demonstrar a intenção do reclamado de se defender, como também autorizou que este junte a contestação no processo eletrônico até a audiência, mesmo não estando presente pessoalmente ou por intermédio de seu procurador.

4.2 Revelia à Luz dos Artigos 844, § § 4^a e 5^o e 847, parágrafo único, da CLT.

Como exteriorizado no tópico anterior, a Lei nº 13. 467/17, que entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017, acrescentou algumas disposições no que se refere à revelia no Processo do Trabalho, especificamente a permissão da juntada da contestação e documentos até a audiência, além de elencar casos nos quais não ocorrerão os efeitos da revelia.

90 LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. Op. cit. p. 679.

A referida Lei, ao introduzir o § 4º ao art. 844 da CLT, tão somente fez uma cópia do art. 345 do CPC. Assim, embora a IN 39 do TST já previsse a aplicação deste artigo do CPC ao Processo do Trabalho, é de bom grado que tais dispositivos sejam aplicados em maior ou menor grau na Justiça do Trabalho, visto que é rotineira a inobservância na prática trabalhista da sua efetivação.

A uma porque é mais prático para o magistrado reconhecer a revelia e passar ao julgamento do mérito, pois, assim, não haverá a necessidade de análise das provas constantes dos autos para se proferir uma decisão.

A duas porque, como é de conhecimento público, as Varas de trabalho estão assoberbadas de processos, tornando, desse modo, a análise, em cada caso, cada dia mais difícil, forçando o juiz a optar por confirmar a revelia e a confissão ficta – presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial.

Schiavi⁹¹ na sua Obra nomeada de A revelia no Direito Processual do Trabalho se manifesta assim:

Diariamente constatamos nas Varas do trabalho que os processos em que há revelia são julgados de imediato, muitas vezes sem uma análise maior da inicial e dos documentos que a instruem. Diante do excesso de serviço e da enorme quantidade de audiências, principalmente nas grandes cidades, muitas vezes o juiz é compelido a proferir uma decisão rápida quando há revelia, o que significa um menos na pilha de processos da audiência. Nos grandes centros, como a capital de São Paulo, o julgamento rápido é condição de sobrevivência não só do magistrado, mas também da Vara, diante da necessidade de se dar vazão a uma quantidade sobre-humana de processos.

Por isso, com objetivo de deixar expresso na CLT de forma cogente aos magistrados, o legislador optou em afirmar que a revelia não importará em presunção de veracidade da matéria de fato alegado pelo autor quando houver litisconsórcio passivo e alguns deles contestar a ação; quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis; quando a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; e quando as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constantes dos autos.

91 SCHIAVI. Mauro. Op. cit. p. 125.

Estes empecilhos à configuração da confissão ficta devem ser verificados pelos juízes quando reconhecerem presente a revelia, visto que o excesso de processos para serem julgados não é motivo suficiente a desconsiderá-los.

Destacam-se os dois últimos incisos: reclamante não apresentar junto com a inicial os documentos indispensáveis à prova do ato e os fatos alegados pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com outras provas presentes nos autos -, em razão de confirmar que não é a mera ausência de contestação apta, por si só, a propiciar que a demanda seja julgada totalmente procedente pelo magistrado.

Em linhas gerais pode-se afirmar que o legislador buscou mitigar a presunção de veracidade das alegações de fato abordas pelo autor, pois cabe ao juiz verificar se o autor desincumbiu-se do ônus da prova dos fatos constitutivos do seu direito, atos e negócios jurídicos indispensáveis à propositura da reclamação trabalhista, haja vista que o reconhecimento do direito do autor não prescinde dos documentos exigidos.

Como exemplos de documentos indispensáveis na seara trabalhista encontram-se os acordos e convenções coletivas, a prova da filiação por meio de juntada de certidão de nascimento para dar suporte à pretensão do reclamante.

Nesse íterim, com fulcro na busca da verdade real dos fatos, ressalta-se a importância do juiz do trabalho constatar a verossimilhança das alegações de fato formuladas pelo autor, já que na Justiça do Trabalho não se deve primar pela verdade formal, mas sim pela busca constante de se chegar mais próximo do que aconteceu no mundo real.

Além dessa obrigação atribuída ao magistrado, não há mais espaço para que, embora o réu seja revel, haja decisões esdrúxulas, ou seja, totalmente contrária às provas constantes dos autos. Assim, não é por ser o reclamado revel que a reclamação trabalhista terá como sistema de valoração da prova pelo juiz o legal tarifado, no qual a presunção de verdade das alegações de fatos valeria mais que outras provas que a afastasse por contradição.

De forma magistral, Fredie Didier Jr⁹² conclui:

O simples fato da revelia não pode tornar verossímil o absurdo: se não houver o mínimo de verossimilhança na postulação do autor, não será a revelia que lhe conferirá a plausibilidade que não possui. Se a

92 DIDIER JR. Fredie. Op. cit. p. 666.

postulação do autor não vier acompanhada do mínimo de prova que a lastreie, não se poderá dispensar o autor de provar o que alega pelo simples fato da revelia. A revelia não é fato com dons mágicos.

Na mesma linha de pensamento, Marinoni, Arenhart e Mitidiero⁹³ afirmam:

Se as alegações constantes da petição inicial são inverossímeis, isto é, se são contrárias àquilo que normalmente acontece, não se opera a presunção de veracidade oriunda da revelia. O mesmo ocorre se as alegações são contrárias às provas constantes dos autos. No primeiro caso, há rigorosamente presunção contra presunção: a presunção oriunda daquilo que normalmente acontece neutraliza a presunção oriunda da revelia. Em outras palavras, a presunção concreta vence a presunção abstrata. No segundo caso, a presunção é neutralizada pela existência de prova contrária nos autos. A prova da veracidade neutraliza a presunção.

Malgrado as quatro situações nas quais a presunção de veracidade dos fatos afirmados não produzirá efeitos tenham sido cópia *ipsis literis* do art. 345 do CPC, e criticado pela desnecessidade em virtude da previsão da aplicação subsidiária do citado artigo ao Processo do Trabalho (art. 769 da CLT), entendemos que o legislador as inseriu na legislação celetista para enfatizar o dever do juiz do trabalho de amenizar ao máximo a confissão ficta dos fatos em todos os casos nos quais forem possíveis, uma vez que é grande a chance de se proferir uma decisão admitindo como verdade um fato que não existiu.

Outro ponto importante de se realçar é a ausência de preclusão para o juiz na esfera probatória, pois ele é o diretor do processo, devendo sempre buscar o seu convencimento para exarar uma decisão motivada e convicta de que alcançou ou ao menos chegou mais próximo da verdade.

Não é porque no processo há réu revel que o juiz deverá se contentar com as provas ou alegações dos fatos apresentadas pelo autor. Deve, pelo contrário, caso entenda pela não realidade dos fatos declinados na peça vestibular, determinar a produção de provas e posteriormente valorar todas aquelas constantes nos autos.

Sem embargos aos que entendem que o juiz não pode produzir provas em razão da presunção de veracidade dos fatos alegados, entendemos que é preciso conferir amplo poder instrutório àquele que é o destinatário da prova, para só então não ocorrer aberrações de se dar provimento a pedidos inexistente no mundo real.

93 ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. Op. cit. p. 446.

A propósito, embora a prova pericial seja facultativa, a CLT, ao tratar da prova pericial para o reconhecimento da insalubridade ou periculosidade, em seu art. 195, § 2º, determina que a perícia técnica deve ser realizada independentemente de o reclamado não ter apresentado a contestação, posto que, neste caso, não há falar em confissão ficta das alegações de fatos declinadas na inicial.

A imposição legal de realização de perícia por médico do trabalho ou engenheiro do trabalho, ainda que o réu seja revel, já que não se opera a confissão ficta quando a matéria de fato depender de conhecimento técnico em determinada área, se coaduna com a obrigação, outrossim, do magistrado analisar todas as provas constantes nos autos, ou, caso não haja provas suficientes a conferir certeza ao juiz do fatos narrados na reclamação trabalhista, determinar sua produção, a fim de formar seu convencimento e prolatar uma sentença convicta e motivada.

Discorrendo sobre a importância da busca da verdade dos fatos pelo magistrado diante da revelia, Wagner D. Giglio⁹⁴ aduz:

Assim é porque a confissão ficta é apenas *um* meio de prova, e dos menos convincentes, que deve ser examinado em cotejo com os demais. Na verdade a *ficta confessio* apenas estabelece uma presunção *juris tantum* de veracidade dos fatos alegados na inicial, permitindo, em consequência, prova contrária.

Nesse sentido mostra-se clara a necessidade de o juiz, diante da revelia, não se contentar com a confissão ficta e buscar a verdade real dos fatos. Para tanto pode colher o depoimento do reclamante, ouvi as testemunhas presentes à audiência, analisar os documentos juntados aos autos pelo autor, determinar que sejam realizadas perícias, isto é, prosseguir na instrução do feito.

Como afirmado no início desse tópico, ao art. 844 da CLT foi acrescido, também, o § 5º, o qual transcrevo *in verbis*: “ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados”.

Ainda quanto à alteração substancial promovida pela reforma trabalhista no que tange ao instituto da revelia, incluiu-se um parágrafo único ao art. 847, no qual consta que o reclamante poderá juntar ao processo eletrônico até a audiência a defesa escrita.

94 CORRÊA, Claudia Giglio Veltrini e GIGLIO, Wagner D. Op. cit. p. 200.

A partir da inserção dos dois dispositivos supracitados, é preciso ler o *caput* do art. 844 conjuntamente com o seu § 5º e com o art. 847 da CLT, pois o legislador ao prevê que a contestação poderá ser apresentada independentemente da presença do reclamado, seja pelo advogado presente à audiência ou mesmo pelo reclamado no processo eletrônico antes da audiência, alterou profundamente o que a doutrina majoritária e a jurisprudência firmada até mesmo em súmulas compreendiam a respeito do que ocasionaria a revelia e por consequência a confissão ficta.

Com a alteração promovida, o legislador buscou separar o que se deve compreender como revelia e a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, pois os institutos são distintos, conforme já exaustivamente explanados neste trabalho.

Do contexto apresentado, podem surgir quatro situações possíveis: na primeira, o advogado apresenta a contestação antes da data da audiência, momento no qual o juiz receberá a defesa (art. 844, § 5º da CLT); na segunda, o advogado não apresenta a defesa escrita, no entanto comparece à audiência para deduzir a contestação oral no prazo legal (art. 844, § 5º c/c art. 847, *caput* da CLT), na terceira, o advogado apresenta a contestação escrita no momento da audiência, ocasião na qual o juiz receberá a resposta à reclamação; já na quarta, não há apresentação de contestação pelo reclamado ou por seu advogado, razão pela qual configurada se teria a revelia⁹⁵.

Visto as prováveis situações permitidas pela reforma trabalhista, é notável que a revelia no Processo do Trabalho não mais poderá ser vista sob o viés literal do ainda disposto na cabeça do art. 844 da CLT, haja vista que a permissão da contestação ser apresentada oralmente pelo advogado constituído pelo reclamado ou juntada ao processo por este, comparecendo ou não à audiência, provocará significativa mudança no que seria revelia para este ramo do direito.

Mudança esta se deu, como já o deveria ter feito há muito, porque o legislador deixou evidente que não mais se justifica considerar o reclamado revel por ter simplesmente faltado à audiência, devendo, para se configurar a revelia, não ter apresentado a contestação, seja essa escrita ou oral, pessoalmente ou por meio do seu procurador.

95 MIZIARA, Raphael e NAHAS, Thereza. *Impactos da Reforma Trabalhista na Jurisprudência do TST*. São Paulo: RT, 2017, p. 186.

A nova regra estampada no § 5º do art. 844 é a novidade que há muito se buscava, pois não se compreendia o porquê de a jurisprudência pátria entender a revelia como a simples ausência do reclamado à audiência, quando manifesto o seu interesse em se defender por meio do advogado presente à audiência.

Com a permissão conferida pela positivação de regra comezinha do direito, os princípios do contraditório e da ampla defesa insculpidos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal (“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”) poderão ser exercidos com maior extensão.

Esta ampliação do leque de possibilidade de contraditar os fatos alegados pelo reclamado, por meio da apresentação de contestação e documentos, demonstra a preocupação de se buscar a realidade dos fatos, haja vista que quanto mais provas houver nos autos mais próximo da verdade se chegará o juiz ao prolatar a sentença.

Além de propiciar uma decisão mais justa, pois existiriam mais provas nos autos, não havia motivos para que se obstasse ao réu de apresentar sua defesa, salvo sob a única alegação de que a contestação somente pudesse ser realizada oralmente, o que não era verdade, na medida em que ela era aceita de forma escrita (art. 22 da Resolução 185/17 do CSJT)

Desse modo, consideramos correta a permissão de juntada de contestação pelo reclamado, independentemente de estar presente à audiência.

Não obstante seja necessária a presença do reclamado à audiência, pois é nesta que as partes prestarão depoimento pessoal, e que a negativa de depoimento implica na confissão ficta, inexistente motivo para misturar este instituto e a revelia.

Assim o é que, embora o reclamado junte a contestação, mas não compareça à audiência, deverá ser aplicada a *ficta confissio*, por não ter comparecido para prestar depoimento pessoal. Todavia, não há falar em presunção de veracidade dos fatos pelo réu não ter apresentado defesa, visto que esta fora juntada aos autos.

Gustavo Filipe Barbosa Garcia⁹⁶, discorrendo a respeito dos institutos em apreciação, expõe o abaixo explicitado ao distinguir os momentos nos quais se aplicam a confissão ficta:

96 GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Op. cit. p. 200.

Se o réu comparecer à audiência, mas não apresentar contestação, deve ser considerado revel, produzindo-se os seus efeitos, em especial a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor (confissão ficta). Caso o réu não compareça à audiência, e não apresente defesa, considera-se revel, incidindo o seu principal efeito, o qual gera a confissão ficta. Além disso, não terá como prestar depoimento pessoal, motivo pelo qual, também por esse fundamento, ocorre a confissão ficta, com a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo reclamante (art. 844, caput, da CLT).

É nítida a posição do ilustre autor quanto à separação de ausência de contestação, presente ou não o reclamado em audiência, e de falta de depoimento pessoal, em razão de não estar presente à audiência. Assim, como no Processo Civil, por meio da reforma trabalhista, a contestação poderá se juntada aos autos independentemente da presença do reclamado à audiência, mais nítida se observa o que destacou o autor.

Nesse diapasão, na linha do já defendido durante o decorrer do nosso trabalho, a permissão de juntada de contestação pelo próprio advogado apenas esclareceu que o texto presente no *caput* do art. 844 da CLT, ao dispor que o não comparecimento do reclamado à audiência importaria em revelia, tinha sentido quando a defesa poderia ser apresentada somente de forma oral em audiência.

Destacando a introdução do § 5º ao art. 844 da CLT, Vólia Bomfim Cassar⁹⁷ pontifica:

A novidade na área trabalhista está no § 5º do art. 844 da CLT, pois, de forma correta, prestigia o réu que, mesmo ausente, contratou advogado que compareceu à assentada portando defesa com documentos. A nova regra modifica o conceito de revelia no processo do trabalho, pois deixa de ser a incomparência do réu para passar a ser a ausência de defesa, tal como no processo civil. Por outro lado, diferencia o réu ausente que sequer contrata advogado, despreocupado com sua defesa, para prestigiar aquele que se preparou para a audiência, contratando o procurador. De qualquer forma, a confissão será aplicada ao réu ausente, limitada aos fatos controvertidos, isto é, devem ser observados os documentos e superados ou julgados os requerimentos contidos na contestação (grifo nosso).

Sabias são as palavras da conceituada autora ao assentar que o conceito de revelia para o Processo do Trabalho foi alterado de forma expressa para se amoldar ao verdadeiro conceito de revelia presente no Processo Civil.

97 BORGES, Leonardo Dias e CASSAR, Vólia Bomfim. *Comentários à Reforma Trabalhista*. São Paulo. Forense, 2017, p. 109.

De maneira análoga ao comentário da autora são as palavras de Valentin Carrion:⁹⁸

A *revelia* é contumácia do réu que não oferece contestação às pretensões do autor. Não é pena, mas simples consequência de não se impugnar a ação no momento apropriado. Não se espera pelo réu nem se manda chamá-lo novamente. A revelia, com um mal necessário, caricatura de Justiça, não deve ser ampliada. Comparecendo o advogado da parte ou mesmo qualquer pessoa com a contestação assinada pelo réu (*ius postulandi*, v. art. 791/1), inexistente revelia; decisões isoladas, mas acertadas, admitem a presença do advogado para elidir a revelia (não a confissão), por constituir tal ato evidente manifestação de ânimo de defesa, que se coaduna com um dos grandes direitos e garantias fundamentais da CF/88, art. 5º, LV (...).

De outro lado, resistente à mudança de paradigma operada no assunto aqui abordado, Francisco Antônio de Oliveira⁹⁹, comentando a inserção do § 5º ao art. 844 da CLT, apresenta seu ponto de vista:

Referido parágrafo demonstra uma vez mais, entre as inúmeras vezes já comentadas, o total desconhecimento do processo trabalhista. A presença do preposto é necessária, pois é ele quem representa a empresa, como se o próprio empregador ou interpostas pessoas estivessem presentes (gerentes, diretor, proprietário). Se o preposto não estiver presente é como se a própria empresa estivesse ausente. Logo, o juiz terá que declarar a revelia e a confissão quanto à matéria de fato. Na pior das hipóteses, mesmo que o juiz permita a entrega da defesa, fato que do ponto de vista processual neutralizaria a revelia, que nada mais é do que a ausência de defesa, a ré seria confessa quanto à matéria fática pela ausência do preposto. Todavia, do ponto de vista processual trabalhista o que permite que a defesa seja feita pelo preposto ou pelo advogado é a presença do preposto, que nada mais é do que a presença da própria empresa.

Conquanto já demonstrado nosso ponto de vista quanto à novidade introduzida ao texto celetista, reiteramos, com todo respeito ao posicionamento do renomado autor citado logo acima, que a ausência do reclamado à audiência não pode ser entendida como revelia, mas tão somente se poderá aplicar-lhe a confissão ficta em virtude do não comparecimento pessoal ou de quem possa representá-lo para prestar depoimento pessoal (§ 1º do art. 843 da CLT).

98 CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas*. 41 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 845.

99 OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Reforma Trabalhista: comentários à Lei n. 13.467, de julho de 2017*. São Paulo. LTr, 2017, p. 93.

Desse modo, concluímos, nos termos do exposto pela autora e pelo autor Carrion, divergindo do entendimento do professor Francisco, no sentido de que a revelia no processo do trabalho deixou de ser o mero não comparecimento do reclamado à audiência, passando a ser a não apresentação de contestação pelo réu.

Com essa conclusão não estamos a dizer que não mais se aplica o *caput* do art. 844 da CLT para se considerar o réu que não compareceu à audiência como revel, mas sim que o artigo deve ser lido de forma que seja considerado revel o reclamado que não compareça à audiência e não tenha juntado a contestação aos autos. Logo, a aplicação do artigo deverá estar em harmonia com o seu § 5º.

É preciso realçar que no nosso sentir, a partir da leitura do parágrafo único do art. 847, no qual está expresso que o réu poderá apresentar defesa escrita no processo eletrônico até a audiência, mesmo que o reclamado não tenha constituído advogado, ou que constituindo este não compareça à audiência, é assegurado ao réu juntar a contestação até o início da audiência, valendo-se do *jus postulandi* ou por seu advogado.

Portanto, da conjugação das alterações promovidas na CLT no que diz respeito à revelia, resta evidente que esta é a ausência de contestação – escrita ou oral.

Compreender que revelia é a ausência de contestação não implica em afirmar que ao reclamado não mais se aplica a confissão ficta em razão de não ser revel, uma vez que, conquanto tenha apresentado defesa, se não comparecer à audiência na qual tenha de depor, haverá a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo reclamado, conforme a leitura sistemática (confissão entendida como recusa ao depoimento pessoal) da parte final do *caput* do art. 844 da CLT.

Ressalta-se que para se chegar a uma decisão o magistrado precisará apreciar as provas produzidas, sejam elas obtidas pelos documentos apresentados pelo autor, pelo réu, as determinadas pelo próprio juiz por meio do seu poder de instrução, e a confissão ficta. Percebe-se, portanto, a inexistência de valor maior ou menor, de forma antecipada, a determinada prova, isto é, não é porque o reclamado não compareceu à audiência que a causa será julgada procedente sem antes a contestação e outras provas constantes no processo sejam analisadas pelo destinatário da prova.

No mesmo íterim, embora no § 4º do art. 844 da CLT esteja expresso que os casos elencados nos seus incisos afastam a confissão ficta proveniente da revelia, entendemos que este dispositivo também deve ser levado em consideração quando o réu não se fizer presente para prestar depoimento, posto que, estamos diante da mesma prova produzida, mas de formas distintas: uma por ser consequência da revelia e a outro por ser consequência do não depoimento pessoal.

Em suma, como a revelia no Processo do Trabalho passou a ser a inexistência de contestação, ou seja, não mais a mera ausência do réu à audiência, permitindo-se, entretanto, que o reclamado não compareça à assentada, sendo-lhe aplicada a confissão ficta, o juiz do trabalho, antes de proferir uma decisão, deve sopesar todas as provas presentes nos autos, sempre levando em consideração que a consequência do não depoimento pessoal do réu gera apenas presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor, e não presunção *iuris et de iure*.

4.3 Revelia e Súmula nº 122 do TST

Após o transcorrer de todo este trabalho, ficou claro que o entendimento que se tinha até 11 de novembro de 2017, momento no qual a Lei nº 13.465/17, não mais se sustenta, visto que o legislador, de forma indiscutível, permitiu a juntada de contestação pelo reclamado ou por seu procurador.

Como é sabido, o Tribunal Superior do Trabalho possui o Enunciado da Súmula 122, no qual está expresso que a presença do advogado munido de defesa não obstaría o reconhecimento da revelia do reclamado se este não estivesse presente pessoalmente ou por intermédio daquele que pudesse o substituir (preposto, gerente).

Frente à novidade trazida pela reforma trabalhista e o texto da referida Súmula, não há razão para esta subsistir, devendo, portanto, ser revogada ou modificada pelo órgão de cúpula.

Antes mesmo da alteração da CLT, Manoel Antonio Teixeira Filho¹⁰⁰, discorrendo quanto ao texto da OJ n. 74 da SDI-I, do TST, que posteriormente viria a ser incorporada à Súmula 122, já criticava o desacerto do reconhecimento da revelia

100 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Op. cit. p. 157.

quando o reclamado contestasse a ação, mas não fizesse presente à audiência, para tanto assim expôs:

Cremos não haver nenhum excesso em nossa opinião quanto a ser esta uma das mais desacertadas Orientações, de quantas foram adotadas por esse órgão fracionário do TST. Com efeito, se o advogado do réu comparece à audiência, portando contestação ou pretendendo aduzi-la, oralmente, é evidente, é elementar que o réu jamais poderá ser considerado revel, pois revelia traduz, exatamente, a ausência injustificada de contestação. Ora, chega a ser surrealista o entendimento de ser revel quem está desejando defender-se em juízo. O máximo que se poderia admitir, na situação prevista na OJ n. 74, da SDI-I, é que o réu seria confesso, em virtude da ausência do preposto. Dessa forma, cumpriria ao Juiz receber a contestação e os documentos que, acaso, a instruem, dando vista à parte contrária, pelo prazo que assinar.

Como observado pelo conceituado autor, o conteúdo da Súmula 122 do TST antes mesmo da vigência do § 5º do art. 844 da CLT era juridicamente insustentável, o sendo muito mais agora após a introdução ao texto legal da posição defendida por ele.

Fica à margem de qualquer dúvida, por conseguinte, a necessidade do TST atualizar sua jurisprudência no sentido de reanalisar o texto da abordada súmula, deixando claro que a mera ausência do reclamado à audiência não pode impedir que este junte aos autos sua defesa e eventuais documentos hábeis a provar os fatos modificativos, impeditivos e extintivos do direito do reclamante (art. 818, II, da CLT), pois com a defesa presente nos autos, não há falar em revelia.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho buscou-se demonstrar que o instituto da revelia como é entendido na Justiça do Trabalho não mais se amolda à realidade atual, visto ser a compreensão desta proveniente de uma análise equivocada no texto legal presente na CLT que trata do assunto. Evidencia isso porque não há razão para não enxergar o processo como de natureza pública, no qual se terá seguimento independentemente da presença do réu.

Considerando que o processo não tem natureza jurídica privada, no qual, à época, o comparecimento do réu era essencial para o prosseguimento do feito, não se vislumbra a exigência de presença do réu para evitar a extinção do processo sem apreciar o pedido inicial, pois a sua ausência não obstará que seja dada a tutela jurisdicional pleiteada, caso assim o juiz verifique ao analisar as provas constantes nos autos.

Nesse cenário, após o desenvolver deste trabalho, tornou-se evidente que, embora a CLT em seu art. 844 tenha trago expressamente que o reclamado que não comparecesse à audiência seria considerado revel e lhe seria aplicada a confissão dos fatos afirmados pelo autor, o legislador o fez de maneira atécnica porque não se podem misturar os conceitos sedimentados na doutrina processualista de revelia e confissão.

Como foi visto, revelia é a ausência de contestação, e, conquanto não seja uníssona a sua natureza jurídica, adotamos o entendimento de Schiavi ao afirmar que corresponde a uma preclusão qualificada que pode gerar efeitos desfavoráveis ao reclamado, ao passo que confissão é a prova obtida através do depoimento pessoal da parte, seja esta expressa ou ficta.

Assim, não há razão para afirmação de que a revelia gera confissão ficta, pois aquela somente tem o condão de implicar em presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo reclamante.

Embora seja constante a afirmação de que a revelia tem por consequência a confissão ficta das alegações do reclamado (expressão utilizada por nos em diversas passagens), tecnicamente não está correta, porquanto, após o decorrer do segundo capítulo desta obra chegamos à conclusão de que o meio de prova para ser obter a prova nomeada de confissão seria o depoimento pessoal do réu e não a simples revelia.

A par da distinção entre os institutos e ciente de que desde os tempos remotos a revelia consistia na ausência de defesa por parte do réu, o que demonstrava o seu desinteresse em integrar o processo e em proporcionar um caderno probatório amplo ao magistrado para formar sua convicção da verdade real, a CLT no seu art. 844 trouxe que revelia era a ausência do réu à audiência, dispositivo esse que, a nosso ver, foi interpretado de forma literal, desconsiderando, desse modo, tudo o que se entende por revelia na doutrina.

Conquanto a doutrina majoritária e jurisprudência do TST afirmem que o reclamado será revel se não comparecer à audiência, como exposto no corpo deste trabalho, esta só se justificava em virtude do princípio da oralidade e concentração dos atos processuais na Justiça do Trabalho, porquanto, a única forma de apresentar defesa seria em audiência.

Todavia, era patente a violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa assegurados constitucionalmente, já que não assiste razão aqueles que compreendem que o revel não pode produzir provas e juntar documentos ao processo com o fito de trazer aos autos a verdade real em detrimento da verdade forma impregnada pelo brocardo jurídico *Quod non est in actis non est in mundo*.

Assim, mesmo antes da entrada em vigor da reforma trabalhista, não se coadunava com o que se entende por revelia, isto porque, o TST, ao editar a Súmula 122, afastou a possibilidade de o reclamado revel usufruir do seu direito de produzir provas, mesmo que por seu advogado constituído. Súmula esta que após 11 de novembro de 2017 não mais poderá se sustentar, posto que, é permitido ao réu contestar e juntar documentos, mesmo não estando presente à audiência.

Nesse viés, para sanar o equívoco praticado nas causas trabalhistas, o legislador alterou substancialmente o instituto da revelia ao prevê que não será revel aquele que contestar a ação, não interessando se a defesa fora apresentada até a audiência ou nesta, com ou sem sua presença.

Com todo respeito àqueles que pesam de forma diferente, defendemos, após o transcorrer deste trabalho, que a revelia no Processo do Trabalho passou a ser ausência de contestação (art. 844, § 5º e art. 847, parágrafo único, da CLT), e não ausência à audiência.

Malgrado seja esta nossa conclusão, não estamos a afirmar que não mais se aplicará ao réu que não comparecer à audiência a pena da confissão ficta dos fatos

alegados pelo reclamante. Pelo contrário, deverá sim o magistrado, ao verificar que o reclamado não compareceu para prestar depoimento, aplicar a *ficta confessio*, mas deverá apreciar todas as provas presentes nos autos e formar seu convencimento motivado.

Assim, concluímos, do que nos dedicamos a escrever, em afirmar que revelia no Processo do Trabalho, com a modificação promovida pela Lei nº 13.467/17, é a inexistência de contestação e que confissão é a ausência de depoimento pessoal.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Carlos Henrique. *Processo Eletrônico*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015, v. II.
- _____. *Código de Processo Civil Comentado*. 2. ed. São Paulo: RT, 2016.
- BARROS, Alice Monteiro de (coordenação). *Compêndio de Direito Processual do Trabalho*: Obra em Memória de Celso Agrícola Barbi. Vários autores. São Paulo: LTr, 1998.
- BORGES, Leonardo Dias e CASSAR, Vólia Bomfim. *Comentários à Reforma Trabalhista*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05 de outubro de 1988.
- _____. *Código de Processo Civil*, 13 de março de 2015.
- _____. *Consolidação das Leis do Trabalho*, 1º de maio de 1943.
- BUENO, Cassio Scarpinella (coordenador). *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2017, v. II.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- CANDIDO, Cristiano Rogério e MARCHETTO, Patrícia Borba. *Direito Processual Civil*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2009.
- CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas*. 41 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CAVALCANTE, Rodrigo Arantes e VAL, Renata do. *Reforma Trabalhista: Comentada artigo por artigo: de Acordo com Princípios, Constituição Federal e Tratados Internacionais*. São Paulo: LTr, 2017.
- CORRÊA, Claudia Giglio Veltrini e GIGLIO, Vagner D. *Direito Processual do Trabalho*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DIDIER Jr, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 11 ed., Salvador: JusPODIVM, 2016, v. II.
- _____.BRAGA, Paula Sarno e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. 11 ed. Bahia: JusPODIVM, 2016, v. II.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GOMES, Fábio Luiz e SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Teoria Geral do Processo Civil*. 6 ed. São Paulo: RT, 2010.

LEITE, Carlos Henrique Bezzerá. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 15 ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARTINS, Adalberto. *Manual Didático de Direito Processual do Trabalho*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. *Teoria Geral do Processo*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Comentários à CLT*. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MIZIARA, Raphael e NAHAS, Thereza. *Impactos da Reforma Trabalhista na Jurisprudência do TST*. São Paulo: RT, 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro Nascimento. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 16 ed. São Paulo: RT, 2016.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. *Manual de Revelia*. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Reforma Trabalhista: Comentário à Lei n. 13.467, de julho de 2017*. São Paulo: LTr, 2017.

PEIXOTO, Ulisses Vieira Moreira. *Reforma Trabalhista Comentada: com análise da Lei nº 13.467, de julho de 2017*. São Paulo: JH Mizuano, 2017.

PINTO, José Augusto Rodrigues. *Processo Trabalhista de Conhecimento*. São Paulo: LTr, 2005.

SARAIVA, Renato. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 3 ed. São Paulo: Método, 2006.

_____; MANFREDINI, Aryanna. *Processo do Trabalho*. São Paulo: Método, 2014.

SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. 4 ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. *A Revelia no Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006, p. 28.

_____. *A Revelia no Processo do Trabalho - Legalidade, Justiça, Equidade e Princípio da Proporcionalidade em Confronto com as Súmulas nº. 74 e 122 do TST*. Revista LTr nº 7 – julho de 2006, p. 830-838.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *A Prova no Processo do Trabalho*. 8 ed. São Paulo: LTr, 2003.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao Código de Processo Civil – (arts. 318-368)*; coordenação de José Roberto Ferreira Gouvêa, Luiz Guilherme Aidar Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, v. VII.